

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO**

CÉSAR MACHADO DO AMARAL

**CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NA ESCOLA
E SUAS RELAÇÕES COM A NONA COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC**

**CAXIAS DO SUL, RS
2023**

CÉSAR MACHADO DO AMARAL

**CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NA ESCOLA
E SUAS RELAÇÕES COM A NONA COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Caxias do Sul, para Banca de Qualificação.

Linha de pesquisa: História e Filosofia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Carbonara

Co-orientador: Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano

**CAXIAS DO SUL, RS
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

A485c Amaral, César Machado do

Círculos de construção de paz na escola e suas relações com a nona competência geral da BNCC [recurso eletrônico] / César Machado do Amaral. – 2023.

Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2023.

Orientação: Vanderlei Carbonara.

Coorientação: Sandro de Castro Pitano.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Educação. 2. Justiça restaurativa. 3. Administração de conflitos. 4. Paz.
I. Carbonara, Vanderlei, orient. II. Pitano, Sandro de Castro, coorient. III.
Título.

CDU 2. ed.: 37

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Carolina Machado Quadros - CRB 10/2236

CÉSAR MACHADO DO AMARAL

**CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NA ESCOLA
E SUAS RELAÇÕES COM A NONA COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: História e Filosofia da Educação

Orientador: Prof. Dr. Vanderlei Carbonara
Co-orientador: Prof. Dr. Sandro de Castro Pitano

Aprovado(a) em Caxias do Sul/RS, 21 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Vanderlei Carbonara (presidente - UCS)

Participação por videoconferência

Dr. Sandro de Castro Pitano (Co orientador - UFPel)

Dra. Andréia Morés (UCS)

Participação por videoconferência

Dr. Rodrigo Manoel Dias da Silva (UNISINOS)

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia e sol. Aos meus pais, exemplos de amor, carinho, honestidade e perseverança, modelos a serem seguidos. Orgulho de ser seu filho! A todos os colegas do CEJUSC Montenegro em especial a Rita Fischer, que foi quem me aproximou da Justiça Restaurativa e sempre contribuiu para o meu crescimento e aprendizado. E também as todas as crianças da Rede Municipal de Educação de Montenegro.”

AGRADECIMENTO

Concluir uma dissertação de mestrado, com todas as suas exigências só é possível com o apoio de pessoas especiais que Deus coloca no nosso caminho. Por esse motivo, eu não posso deixar de destacar alguns nomes de amigos, familiares e professores que caminharam comigo durante esse percurso. Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer ao meu orientador durante boa parte do período de Mestrado, Professor Doutor Sandro Castro Pitano, por toda a paciência, empenho com que sempre me orientou neste trabalho e por ter me corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar. Pelo contrário, despertou em mim, o gosto pela pesquisa e o desejo ardente de continuar na comunidade científica. Lamento não tê-lo comigo até o final da dissertação, pelo fato de precisar se ausentar da Universidade por motivos particulares.

Desejo igualmente ao Professor Doutor Vanderlei Carbonara que assumiu a orientação no período de conclusão do Mestrado. Agradeço a orientação pautada por um elevado e rigoroso nível científico, com um empenho magnífico os quais contribuíram para enriquecer ainda mais o meu conhecimento e aprendizado.

Não posso esquecer de agradecer a Ciglia da Silveira, Secretária de Educação da Prefeitura Municipal de Montenegro, que me incentivou e apoiou para que eu pudesse ter disponibilidade para realizar o mestrado. Também a diretora Daniela de Vasconcelos Osório pelo apoio, incentivo e cedência da escola para que eu pudesse realizar o projeto protagonismo Juvenil na turma do nono ano.

A todos os meus colegas do Mestrado em Educação, cujo apoio, energia, força e amizade estiveram presentes em todos os momentos que trilhamos este caminho. Agradeço aos professores da Universidade de Caxias do Sul do PPGEDU que foram sempre prestativos, ajudando-me nesta trajetória permeada por inúmeros desafios e percalços pelo caminho, instigando-me a encontrar o melhor rumo em cada momento da caminhada.

Quero destacar meu grande amigo Adilson que me motivou e, de forma incondicional, ajudou a tornar este trabalho uma válida e agradável experiência de aprendizagem. Estou grato pela nossa amizade. Obrigado pelos conselhos, pela disponibilidade das leituras crítica e atenta, contribuindo para o meu aperfeiçoamento. Destaco ainda, Davenir Oliveira, meu amigo, colega de profissão que foi um dos incentivadores que acompanhou a minha caminhada se mostrando

sempre prestativo para contribuir com o seu conhecimento na correção ortográfica do texto. Agradeço também ao meu amigo Rafael, que sempre me incentivou nos projetos de vida e pela formatação da dissertação.

Por último, quero agradecer à minha família, pelo incentivo recebido ao longo destes anos. À minha filha Mihara pela compreensão da minha ausência junto consigo neste período de estudos. O meu profundo e sentido agradecimento a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

“À medida que vamos aprendendo a falar do coração, estaremos a mudar os hábitos de uma vida.”

Marshall B. Rosenberg

RESUMO

Esta dissertação trata sobre os círculos de construção de paz na educação, metodologia da Justiça Restaurativa que atua na prevenção e superação de conflitos e no aprendizado da cultura da paz. O estudo avalia em que medida a metodologia restaurativa dos círculos de construção de paz, contribui com a promoção dos seguintes princípios que compõem a nona competência geral da BNCC: empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação. Para isso buscou-se compreender as possibilidades da metodologia restaurativa dos círculos de construção de paz na promoção dos princípios acima listados. Para que tal pesquisa pudesse ser concretizada, foi realizada análise de alguns documentos escolhidos que são referências da educação em diferentes cenários: a Base Nacional Comum Curricular, o Documento de Referência Curricular para o Território de Montenegro, a Proposta Pedagógica da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan, e o Projeto Protagonismo Juvenil, desenvolvido na mesma escola já citada. Como resultado foi identificado que os documentos analisados apresentaram os princípios como instrumentos a serem trabalhados na escola, dentro de uma proposta pedagógica que contemple os níveis de Educação Infantil até os anos finais do Ensino fundamental. A pesquisa apontou ainda que a Justiça Restaurativa, com os Círculos de construção de paz, apresentam potencial para a expansão e disseminação da cultura da paz na escola, configurando-se como possibilidade exequível na prevenção e resolução dos conflitos no espaço escolar, bem como contribuir para que a construção e o fortalecimento dos relacionamentos saudáveis entre os atores da escola seja efetivado de forma contínua, a partir dos princípios apresentados. Por fim, a pesquisa indicou que os princípios em conexão com os círculos de construção de paz, promovem cidades educadoras e escolas acolhedoras, possibilitando com isso, impactos importantes a partir das relações de confiança, partilha e pertencimento na vida dos estudantes.

Palavras-chave: Justiça restaurativa; círculos de construção de paz; educação escolar; cultura da paz; BNCC;

ABSTRACT

This dissertation deals with peacebuilding circles in education, restorative justice methodology that acts in the prevention and overcoming of conflicts and in learning the culture of peace. The study assesses the extent to which the restorative methodology of peacebuilding circles can contribute to the promotion of the following principles that make up the ninth general competence of the National Curricular Common Base (BNCC): empathy, dialogue, conflict resolution, and cooperation. For this, we sought to understand the possibilities of the restorative methodology of peacebuilding circles in promoting the principles listed above. In order for this research to be carried out, analyses of education reference documents such as the BNCC, Curricular Reference Document for the Territory of Montenegro, Pedagogical Proposal of the Municipal School of Elementary Education Lena Rozi da Rocha Pithan, and the Project Youth Protagonism were performed. As a result, it was identified that the analyzed documents presented the principles as instruments to be worked on in the school, within a pedagogical proposal that contemplates the levels of Early Childhood Education until the final years of Elementary School. The research also pointed out that restorative justice with peacebuilding circles have potential for the expansion and dissemination of the culture of peace at school, configuring itself as a feasible possibility in the prevention and resolution of conflicts in the school environment, as well as contributing to that the continuous construction and strengthening of healthy relationships among school members be effective continuously based on the principles presented. Finally, this research indicated that the principles associated with peacebuilding circles promote educative cities and welcoming schools, thereby enabling significant impacts through relationships of trust, sharing, and belonging in students' life.

Keywords: Restorative justice; peacebuilding circles; schooling; culture of peace; BNCC;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Peça de Centro	39
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Justiça Restaurativa X Justiça Retributiva	33
Tabela 2 – Aspectos trabalhados nos CCP's de Fatima Bastiane	45
Tabela 3 – Relação dos princípios localizados no DOCTM	58
Tabela 4 – Relação dos princípios localizados no PPP	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCP	Círculo de Construção de Paz
DOCTM	Documento Orientador do Currículo para o Território de Montenegro
JR	Justiça Restaurativa
PPJ	Projeto Protagonismo Juvenil
PPP	Projeto Político Pedagógicos
vol.	Volume

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. JUSTIÇA RESTAURATIVA E CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NA EDUCAÇÃO	18
2.1 SUPERANDO DESAFIOS, CONSTRUINDO CAMINHOS, CONQUISTANDO HORIZONTES	18
2.2 DELINEANDO O TRAJETO METODOLÓGICO DA PESQUISA E SEUS REFERENCIAIS TEÓRICOS	26
2.3 JUSTIÇA RESTAURATIVA	27
2.3.1 Os Pilares da Justiça Restaurativa	29
2.3.2 Os objetivos da Justiça Restaurativa	31
2.3.3 Breve histórico da Justiça Restaurativa	32
2.3.4 Justiça Restaurativa Na Educação	37
2.4 CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ	40
2.4.1 Da Estrutura dos Círculos de Construção de Paz	41
2.4.1.1 CERIMÔNIA DE ABERTURA	41
2.4.1.2 PEÇA DE CENTRO	42
2.4.1.3 - DISCUSSÃO DE VALORES E DIRETRIZES	43
2.4.1.4 OBJETO DA PALAVRA:	43
2.4.1.5 PERGUNTAS NORTEADORAS	44
2.4.1.6 CERIMÔNIA DE FECHAMENTO	44
2.4.2 Aspectos trabalhados nos Círculos de Construção de Paz - CCP	48
3. DOCUMENTOS ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS EMPATIA, DIÁLOGO, RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO DA 9ª COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC	51
3.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	51
3.1.1 Nona Competência Geral Da BNCC	55
3.1.1.1 <i>Empatia</i>	57
3.1.1.2 <i>Diálogo</i>	58
3.1.1.3 <i>Resolução De Conflito</i>	59
3.1.1.4 <i>Cooperação</i>	61
3.2 DOCUMENTO ORIENTADOR DO CURRÍCULO PARA O TERRITÓRIO DE MONTENEGRO ...	62
3.3 PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LENA ROZI DA ROCHA PITHAN	64

4. OS PRINCÍPIOS DA NONA COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC NA ESCOLA.....	68
4.1 NO CAMINHO DA ESPERANÇA.....	68
4.2 PROJETO PROTAGONISMO JUVENIL.....	70
4.3 APRESENTAÇÃO DO PROJETO PROTAGONISMO JUVENIL	72
4.4 RESULTADO DA PESQUISA	77
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
6. REFERÊNCIAS	83

1. INTRODUÇÃO

Com a implementação da nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC, muitos desafios resultantes de uma sociedade plural, contemporânea, tecnológica e conectada, fora necessário para se estabelecer com objetividade, o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis para os estudantes. Para isso, a BNCC estabeleceu competências e habilidades a serem desenvolvidas com a finalidade de possibilitar ao estudante que ele aprenda a aprender de forma contínua, que interaja com o outro, que faça conexões, além da formação ética e valores humanos.

Neste processo educativo os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento estão organizados para que de modo progressivo possam culminar o desenvolvimento das dez competências gerais apontadas pela BNCC. Entre as dez competências, a de número nove, que é objeto de estudo do pesquisador, que diz:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e os direitos humanos, o acolhimento e valorização da diversidade de indivíduo e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceito de qualquer natureza¹

Diante dos princípios que contemplem as competências socioemocionais, relacionados ao processo de compreensão, saberes, construção de identidade, construção de valores humanos, diálogo e cultura da paz, foi o motivo que levou o pesquisador a realizar o trabalho intitulado, os Círculos de Construção de Paz na escola e suas relações com a nona competência geral da BNCC. Esta pesquisa destaca os Círculos de Construção de Paz, como uma metodologia da Justiça Restaurativa onde apresenta uma ação integradora, que dentro de uma comunidade escolar ajudará a desenvolver relacionamentos que poderão dar suporte na promoção da aprendizagem dos estudantes.

Os círculos ao mesmo tempo em que irão nutrir o desenvolvimento social e emocional saudável nos estudantes, irão também contribuir para o ensino e aprendizagem, assim como no desenvolvimento de uma comunidade escolar saudável para todos.

O círculo pode ajudar a fortalecer a família, dando a seus membros a chance de reconhecer seus próprios recursos. Também pode ajudar a

¹BRASIL, 2018, p. 10

redirecionar uma cultura de jovens para uma direção positiva, criando a oportunidade dos jovens serem uma fonte de apoio e sabedoria um para com o outro.²

Uma vez que os círculos são um processo de comunicação, interação e espaço de escuta, eles são relevantes para promover a conexão dos participantes consigo mesmos. Essa conexão possibilita o acolhimento de emoções a partir das diferentes histórias e relatos nele expostos, gerando uma conscientização mais profunda entre os participantes. Eles descobrem que seus caminhos ainda que diferentes, se assemelham pelas experiências, e projeções de futuro.

Neste sentido, surgiu então a pergunta problema: “de que forma a metodologia restaurativa, dos círculos de construção de paz, pode contribuir com a promoção de princípios como empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, integrantes da nona competência geral da BNCC?”. Para isso, foi preciso compreender as possibilidades da metodologia restaurativa dos círculos de construção de paz, para promover os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, da nona competência geral da BNCC, caracterizar a metodologia restaurativa dos círculos de construção de paz na escola, analisar os princípios: empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, da nona competência geral da BNCC, percebendo sua contribuição para o desenvolvimento sócioemocional do estudante, compreender a relação dos círculos de construção de paz com os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, da competência geral número nove da BNCC e Verificar as possibilidades dos círculos de construção de paz quanto à promoção de alguns princípios da nona competência geral da BNCC.

A dissertação apresenta um desenvolvimento em três capítulos, sendo o primeiro do desenvolvimento, *Justiça Restaurativa, e Círculos de Construção de Paz na Educação*, o segundo do desenvolvimento, *Documentos Orientadores da Educação e sua relação com os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação da BNCC*, e o terceiro do desenvolvimento, *Os princípios da nona competência geral da BNCC na escola*.

O primeiro capítulo do desenvolvimento apresenta a Justiça Restaurativa e os círculos de construção de paz na educação. Expõe a biografia do autor e os aspectos e características da Justiça Restaurativa e dos círculos de construção de

² BOYES-WATSON, C.; PRANIS, K, p.16, 2011

paz.

No capítulo dois do desenvolvimento tem os documentos orientadores de educação e suas relações com os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, sendo eles a própria BNCC, o DCTM, PPP da escola e PPJ. No capítulo três do desenvolvimento tem os princípios da nona competência na escola, empatia, Diálogo, Resolução de Conflitos e Cooperação, No caminho da Esperança – EMEF Lena Rozi da Rocha Pithan, Projeto Protagonismo Juvenil, Resultado da pesquisa, Considerações Finais.

Como faz parte da pesquisa, buscou-se, fontes de referências sobre a pesquisa para subsidiar a leitura a partir das revisões literária encontradas, Essa busca se deu a partir de palavras chaves como: Círculos restaurativos, círculos de paz, cultura de paz, justiça restaurativa, justiça restaurativa na educação, diálogo na escola, educação para a paz, disciplinas restaurativas e práticas circulares nas escolas nas plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (**BDTD**), *Google Acadêmico*, *Portal de periódicos da capes*.

Para o desenvolvimento desta pesquisa eu me vali, inclusive, da análise de resultados de outras investigações que seguem apresentadas no quadro de revisão literária. Foram selecionados quinze trabalhos, divididos em: cinco teses, cinco dissertações e cinco artigos científicos. Desses, separei duas teses, duas dissertações e três artigos científicos que mais se aproximaram da proposta do meu projeto de pesquisa devido o seu material de subsídio para o assunto pesquisado.

Diante da importância dos teóricos que foram utilizados na pesquisa, eu destaco três que serviram de referência para produção do trabalho estrutura da pesquisa e argumentação do tema, sendo eles: Howard Zehr sobre a Justiça Restaurativa, Kay Pranis e Carolyn Boyes para os Círculos de Construção de Paz e Katherine Evans e Dorothy Vandering para a Justiça Restaurativa na Educação.

Foi realizado análise dos documentos de referência da educação como a BNCC, DCTM, PP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan e o PPPJ. Nesses documentos a análise voltou-se à identificação das referências aos quatro princípios destacados a partir da nona competência da BNCC (empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação). A partir dessa identificação de ocorrências de aspectos relacionados aos quatro princípios a investigação volta-se à análise qualitativa das suas implicações à promoção da cultura de paz na educação básica. Na BNCC encontramos os registros da própria competência nove.

DCTM, em várias partes do documento é percebido a presença dos quatro princípios, no PP, também, encontramos os quatro princípios e no PPJ, também.

Com os princípios da nona competência geral da BNCC e a metodologia das práticas restaurativas nos círculos de construção de paz é possível vislumbrar conexões na prática escolar pedagógica, integrando os presentes no círculo no processo educativo. Esta mesma aprendizagem relaciona-se com os desenvolvimentos: cognitivo, emocional, físico e social da criança, possibilitando transformações na compreensão de mundo, a partir de suas interações com ele.

2. JUSTIÇA RESTAURATIVA E CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ NA EDUCAÇÃO

2.1 SUPERANDO DESAFIOS, CONSTRUINDO CAMINHOS, CONQUISTANDO HORIZONTES

A educação, com seus fundamentos, tornou-se na minha vida a base para o ensino, possibilitando com isso, o aprimoramento do conhecimento, a valorização das minhas experiências já adquiridas e o aprofundamento das aprendizagens. Essa relação construída com a educação, que vem fazendo parte da minha vida há vinte anos, é uma história de múltiplas conexões, vivências, descobertas, desafios e com as mais múltiplas formas de práticas pedagógicas em territórios educativos. É sobre essa ação educativa na minha vida, que farei a descrição da autobiografia, com a finalidade de contribuir para a compreensão sobre a intenção que me conduziu a ingressar no Mestrado e desenvolver a pesquisa sobre a temática dos Círculos de Construção de Paz na educação.

Nasci na cidade de Ijuí, porém quando era ainda criança, passamos a residir na cidade de Montenegro, devido à busca pelo mercado de trabalho para garantir o sustento de uma família com nove componentes. Sou integrante de uma família de 7 irmãos, filho de pais com a formação na educação básica, onde minha mãe trabalhava como doméstica e meu pai na construção civil. Vivi minha infância e adolescência, assim como boa parte da fase adulta, na periferia, local onde todo o dia convivia com o crime e o tráfico de drogas na porta de casa. Pude ver muitos amigos abandonarem os estudos e entrarem para o mundo do tráfico, não tendo com isso, um fim seguro e estável.

Sempre tive o apoio de meus pais para continuar com os estudos. Eles sempre nos orientavam falando que, apesar de estarmos em uma periferia, não existiam motivos para abandonarmos a escola. Essas falas eram constantes, pois sabiam das oportunidades que nos eram oferecidas, tanto na rua de casa, quanto no caminho da escola. Como nossa família era grande, percebi a necessidade de ajudar no sustento da casa. Aos 14 anos, comecei a trabalhar em uma fábrica de bolsas, cumprindo 8 horas diárias no emprego e, à noite, ia para a escola. Saía de casa às 7h da manhã e chegava à meia noite.

Sabendo de quanto era importante o estudo, sempre mantive o foco na busca por uma profissão, mesmo entendendo que não seria fácil. Passei, então, a buscar por cursos técnicos, por não ter condições de pagar uma faculdade. Neste espaço de tempo, ganhei uma bolsa de estudos para fazer o curso de Magistério no ano de 2000, no Instituto de Educação São José, na cidade de Montenegro-RS. Naquele período, deu-se o início do meu processo de formação na área da educação.

A partir dessa vivência, fora possível um aprendizado onde possibilitou descobertas tanto no âmbito teórico como nas práticas de docência. Foi um grande presente para minha carreira profissional. O curso exigiu muito de minha parte, pois tinha que conciliar as aulas com o meu horário na empresa. Nessa época, trabalhava de cobrador de ônibus, onde se fazia necessário uma organização para combinar trabalho, aulas e práticas de estágio. Com muito esforço, dedicação e, convicto do que queria, consegui concluir o curso, tornando-me professor de séries iniciais no ano de 2003.

Essas vivências possibilitaram-me novas perspectivas, onde passei a dar continuidade aos estudos. Em 2004, entrei na faculdade, onde cursei Bacharelado em Teologia, com ênfase na Educação Cristã, nas Faculdades EST, no município de São Leopoldo/RS. Com a formação universitária, pude ampliar meus conhecimentos acadêmico, educacional, religioso e social, dando-me referenciais para a prática de uma educação humanitária, inclusiva, igualitária, diante de um mundo de diversidades.

Por vir de uma vertente religiosa cristã, aprendi a prática do Evangelho de Jesus Cristo, como uma ação transformadora no mundo. Minha família sempre se manteve fiel ao ensino e prática dos ensinamentos da bíblia, valores que foram transmitidos aos filhos e que serviram e servem de parâmetro para a caminhada da vida, vivência da fé e ações sociais.

Com a minha formação no Magistério no ano de 2003, meu ingresso na faculdade no ano de 2004, a vivência religiosa como liderança de jovens e o meu envolvimento social, no ano de 2005, decidi concorrer a uma vaga para compor o colegiado de membros do Conselho Tutelar na cidade de Montenegro. Essa decisão surgiu do conhecimento que eu tinha do contexto social onde morava e também do contexto educacional em que atuava junto a minha comunidade. Era elevado o índice de adolescentes e crianças que tinham seus direitos negligenciados, evadiam da escola e viviam em situação de rua. Com a vitória nas urnas, cumpri um mandato

de três anos, compondo uma equipe de cinco membros, na qual todos eram comprometidos com a causa da infância e juventude, lutando pela garantia de direitos assegurando a prioridade para as demandas reprimidas.

No ano de 2008, quando encerrei o mandato no Conselho Tutelar, fui contratado para trabalhar como educador em uma rede particular de educação, denominada Sociedade Beneficente Espiritualista, que gerenciava cinco escolas de Educação Infantil e uma casa de acolhimento de crianças vítimas de maus tratos. Neste período de três anos como educador na Unidade de Educação Infantil Hélio Soares de Araújo, na época, Creche Promorar, pude conhecer um pouco mais da Educação Infantil e compreender que ela é uma das mais complexas fases do desenvolvimento humano, em seus diversos aspectos, tais como intelectual, emocional, social e motor.

Segundo a LDB em seu artigo 29³:

A Educação Infantil é conceituada como a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico e social, complementando a ação da família e da comunidade. No art. 30 a Educação Infantil será oferecida em creches para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a cinco anos de idade. No art. 31. Na Educação Infantil a avaliação será feita mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental. É importante ressaltar que a Educação Infantil tem uma função pedagógica, um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia através de atividades que tem significado concreto para a vida das crianças, e simultaneamente asseguram a aquisição de novos conhecimentos. Diante disso é importante que o educador na Educação Infantil se preocupe com a organização e aplicação das atividades contribuindo assim para o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos

Essa experiência contribuiu muito para as minhas práticas pedagógicas. Já nessa etapa da educação básica, percebi que a criança é o centro na educação, ou seja, o projeto pedagógico deve ser construído a partir das realidades dos alunos. Sendo assim, o modo de pensar o ensino, possibilitando espaços que favoreçam momentos de diferentes manifestações expressivas que a criança apresenta como linguagens que anunciam suas vivências culturais. Em vista disso, depois de estar por três anos como educador, fui convidado pela coordenadora geral da Sociedade Beneficente Espiritualista juntamente com o Presidente, para assumir a coordenação

³ Lei de Diretrizes e Bases da Educação ou Lei nº 9.394/1996

da Unidade de educação Infantil Cinco de Maio, na época com o nome “Creche Cinco de Maio”.

Atuei com coordenador por dois anos, gerenciando um grupo de 20 (vinte) educadores, atendendo 100 (cem) famílias e minha primeira experiência como gestor na educação. A partir deste momento, comecei a apropriar-me dos conceitos e da representatividade que possuía em relação à educação daquela comunidade. Neste primeiro contato, com a gestão escolar, percebi que ela é uma grande oportunidade para promover mudanças, construir possibilidades e lutar para garantir o avanço do processo de ensino-aprendizagem na instituição de ensino. A gestão Escolar com suas diretrizes, fez-me pensar na organização da escola e promover condições para um bom trabalho, acolhida dos alunos e espaço pedagógico, pautando as áreas pedagógica, administrativa, financeira e de recursos humanos.

No ano de 2013, retornei ao Conselho Tutelar para compor o colegiado, devido ser o primeiro suplente no segundo mandato. Foram mais dois anos de atuação em defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Foi um tempo de muita formação na área da infância e juventude, por conta da grande demanda reprimida que tínhamos na cidade, onde lutamos muito para a efetivação do trabalho da rede de proteção junto ao município.

Enquanto estava no Conselho Tutelar, fiz uma reflexão sobre minhas práticas, no âmbito educativo, social, jurídico e religioso. Entendendo que seria de bom grado um estudo mais direcionado a uma educação além da escola, realizei um curso de Educador Social. O educador social é aquele que⁴:

O educador social é aquele que desenvolve junto aos educandos, meios para facilitar a descoberta de novos caminhos e alternativas, ou seja, ele atua como um agente de transformação, pois cabe a ele atuar junto aos educandos promovendo maneiras para uma significativa mudança na comunidade e na família antes construídos, assim como vínculos perdidos.

A educação social é uma área de conhecimento de aprendizagens e saberes. Com ela o educador precisar ter com seu educando uma relação de confiança e parceria, intervindo para o fortalecimento e promoção da autonomia dos estudantes. Esse educador social que falo, é aquele que é agente de transformação na comunidade, que tem um olhar diferenciado, antes as circunstâncias que lhe são apresentadas. É aquele que possui sensibilidade social e que faz o processo

⁴ ACBERGS 2013 p.11

educativo contemplar procedimentos metodológicos que trabalhem com os educandos a partir de sua realidade e subjetividade, penetrando na vida desses sujeitos.

Essa formação contribuiu para uma nova experiência na minha vida. Logo após concluir o curso, fui convidado para assumir a coordenação de uma casa de Acolhimento de Criança e Adolescentes vítimas de maus tratos no município de Montenegro, conhecido como (Abrigo Menino Jesus de Praga) gerenciado pela Sociedade Beneficente Espiritualista.

Como estava atuando no Conselheiro Tutelar, precisei exonerar-me, para assumir a coordenação da casa abrigo, ficando como coordenador, por um período de, aproximadamente, três anos. Nessa instituição o cargo de Coordenador, me agregava à prerrogativa de ser também guardião de todos os acolhidos, da casa, num total de 25 (vinte e cinco) pessoas, entre crianças e adolescentes. Ser educador, guardião e coordenador em uma casa de acolhimento é acreditar na pedagogia como instrumento de transformação social. É usar a educação para construir trajetórias de vidas, dar visibilidade, tornar belo, aqueles que, na maioria dos casos foram excluídos da escola e tornaram-se invisíveis para a sociedade.

Neste tempo como coordenador, grandes experiências eu vivi. Na qualidade de guardião de muitas crianças, eu as acolhi; várias, eu protegi do perigo; muitas, salvei da morte e com amor e cuidado promovi a vida. Essas crianças eram desde recém-nascidos, inclusive jovens adolescentes.

No ano de 2015, fui nomeado professor de séries iniciais na rede municipal de ensino de Montenegro, uma rede que eu já conhecia, pelo trabalho do Conselho Tutelar. Então passei a trabalhar vinte e duas horas como professor, sendo, quatro horas por dias, no turno da manhã de segunda à sexta-feira e, no abrigo, trabalhava das 13 às 22h.

Esta experiência como professor em uma escola da periferia e ao mesmo tempo, coordenador de uma casa aonde as crianças vinham de contextos sociais onde lhes ofereciam riscos, negligências por parte dos genitores, abandono pelo grupo familiar e, muitas vezes, exploração de trabalho infantil assim como sexual, levou-me a pensar ainda mais a minha atuação como educador. Passei a refletir mais sobre o sentido da minha ação docente no mundo, como alguém que é um agente transformador.

No ano de 2017, recebi o convite da Secretária Municipal de Educação, Professora Silvana Shalemberg para assumir a direção da escola onde eu trabalhava. Como eu estava trabalhando ainda de coordenador do abrigo e professor na rede municipal, precisei me afastar, profissionalmente, do abrigo, pois não conseguiria conciliar os horários. Por conta disso, decidi assumir a direção da escola trabalhando 40 horas semanais e me envolvendo somente com a educação escolar.

Este trabalho de gestão somou muito para essa nova experiência. Desde o ano de 2017 até o ano de 2020, estive como diretor da Escola Municipal de Ensino Fundamental, Lena Rozi da Rocha Pithan. Foram quatro anos de um intenso aprendizado, trabalho e dedicação para ver a educação acontecer e promovendo a protagonismo dos alunos.

Como até este momento eu tinha o Curso de Magistério e um Bacharelado em Teologia, faltava-me um título de licenciatura. Por esse motivo fiz uma formação pedagógica para obter o título de licenciatura em Língua Portuguesa. Logo em seguida, fiz uma Especialização em Teologia e Sociedade e, na sequência, uma Pós-graduação Lato sensu em Ensino Religioso.

A partir deste momento, aprofundou-se ainda mais a seriedade e o compromisso com a educação, com meus alunos e com o conjunto da comunidade onde a escola está inserida. Na função de diretor de escola, passei a me interessar ainda mais pelo processo de ensino e aprendizagem, pela busca e assimilação do conhecimento, pela interação pedagógica e pela promoção do protagonismo infanto-juvenil.

Sendo profissional da educação sou parte essencial neste processo e, por isso, tenho que estar aberto e sempre buscando formação para atender essas exigências que a educação apresenta, contribuindo para que a escola além de ensinar, possa gerar situações que ajudem os alunos a aprenderem e, conseqüentemente, a desenvolverem-se.

Além do apresentado até então, realizei algumas formações que me possibilitaram apoio e suporte nessa trajetória pessoal e profissional. Iniciei um curso de facilitador da Justiça Restaurativa, direcionado a educadores. Poucas vezes tinha escutado falar sobre a Justiça Restaurativa, não tinha conhecimento de sua finalidade e atuação na educação. No ano de 2018, uma colega professora, chegando nova na escola onde trabalho, porém antiga na rede municipal, informou-

me que iria participar do curso “Formação Teórico-Prático em Justiça Restaurativa.”

Como estava na função de gestor, comecei a questionar sobre o curso, proposta, finalidade, público, objetivo, e nesse diálogo, recebi o convite da minha colega para fazê-lo também, como não tinha muito conhecimento, e sem entender muito, aceitei o convite prontamente para participar da formação. A partir deste momento, passei a estudar Justiça Restaurativa, sua origem, proposta, objetivo e atuação tanto na área jurídica como educacional. A formação teórico-prática em Justiça Restaurativa nos permitiu desenvolver práticas de círculos de paz nas escolas, grupos de famílias e entre colegas, uma ação que possibilitou identificação com a prática restaurativa e desejo de continuar estudando o tema.

Vale destacar que⁵:

Justiça restaurativa é um modelo responsabilizante, mas não punitivo de gestão de conflitos e difusão da cultura de paz. Com reconhecimento internacional, é ainda mais eficaz quando aplicado preventivamente. Caso um dano seja ocorrido, o trabalho tem foco na sua reparação diretamente entre as partes envolvidas, com auxílio de um facilitador treinado, buscando a reconstrução das relações rompidas de forma a gerar benefícios para todos.

O estudo oportunizou reflexões no âmbito social assim como uma percepção do ser humano e seus valores. Uma compreensão das práticas restaurativas do diálogo e a escuta qualificada na resolução de conflitos em âmbito escolar. Esse curso foi realizado pelo CJUD – Centro de Formação e Desenvolvimento de Pessoas e teve por objetivo formar lideranças restaurativas e ou facilitadores para atuação em círculos de Justiça restaurativa e de Construção de paz em aplicação não conflitivas e /ou preventivas.

Foi a partir deste curso, que eu passei a entender o propósito da Justiça restaurativa, sua finalidade e contribuição para o campo da educação. Com sua metodologia estruturada de facilitação de diálogo, que pode ser aplicada também como metodologia restaurativa eles são úteis quando pessoas querem fortalecer vínculos, tomar decisões, celebrar, partilhar dificuldades e aprender uns com os outros.

A partir deste momento, foi que decidi participar do processo Seletivo de mestrado. Como me identifiquei com a metodologia da Justiça Restaurativa e como professor, atuando na educação, decidi pesquisar sobre a temática, e descobrir se

⁵ Escola + paz, p. 07, 2019)

existe relação dos círculos de construção de paz com a educação. Essas questões foram determinantes para o meu ingresso na pós-graduação *latu sensu*. Segundo Noddings⁶:

O objetivo maior da escola não é a estrutura acadêmica, mas o desenvolvimento das crianças como pessoas saudáveis, competentes e morais. As escolas cuidam de todas as nossas crianças – as que são academicamente, talentosas e as que não o são. O desenvolvimento intelectual é importante, mas não é a primeira das prioridades da escola. A maior e principal prioridade é cuidar dos alunos. Por essa razão, acima de tudo, as escolas têm de serem centros de estabilidade, de continuidade e de comunidade.

Para que o objetivo seja alcançado a escola precisa fornecer este ambiente seguro que o autor apresenta, ou seja, um ambiente tanto físico, (espaços de convivências) como emocional (ambiente de respeito a diversidade). Também desenvolver programas que promovam o bem-estar social do aluno. Isso pode incluir atividades extracurriculares, aconselhamento escolar e programas antiestresse. Ao assumir a função de cuidadora, a escola contribui não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento integral do aluno. Um ambiente escolar que se preocupa com o bem-estar físico, emocional e social contribui para a criação uma base sólida para a aprendizagem e o crescimento pessoal.

No mestrado em educação, a pesquisa proposta volta-se para as relações entre os círculos de construção de paz e as competências gerais da BNCC, mais especificamente a competência nove⁷, que diz:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e os direitos humanos, o acolhimento e valorização da diversidade de indivíduo e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceito de qualquer natureza,

Dos princípios mencionados, os que serão analisados com maior ênfase na pesquisa são: a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação. Todos esses em destaque servirão de referência para o aprofundamento em estudos e, com eles, relacionarei suas finalidades com a prática restaurativa dos círculos de construção de paz.

⁶ Noddings 2010, p.10

⁷ BRASIL, 2018, p. 10

2.2 DELINEANDO O TRAJETO METODOLÓGICO DA PESQUISA E SEUS REFERENCIAIS TEÓRICOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa no estudo dos aspectos que envolvem a relação entre o Círculos de Construção da Paz e a Base Nacional Comum Curricular. Para que ela se desenvolvesse, foram traçados objetivos para contribuir com a sua realização possibilitando com isso o seu avanço na busca por elementos para chegar ao resultado da pesquisa.

Para que essa relação fosse identificada, o pesquisador elegeu os seguintes princípios da nona competência geral da BNCC: empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação. Tendo esses princípios em vista, passou-se a uma busca deles nos seguintes documentos selecionados para análise: Documento de Referência Curricular para o Território de Montenegro, Proposta Pedagógica e Projeto Protagonismo Juvenil para ver se eles estavam presentes e se a sua aplicação era possível para vislumbrar a promoção deles na educação. Para isso, foi preciso, analisar todos os documentos com muito cuidado, e ver se eles contemplavam de forma integral a promoção dos princípios e a sua relação com os círculos de construção de paz.

Um aspecto que merece destaque neste processo de análise, foi a experiência da criação do projeto Protagonismo Juvenil, que foi desenvolvido na escola durante os anos de 2021 e 2022 com os alunos. Ele serviu de referência e análise para o pesquisador. Na construção do projeto, foi utilizada literatura específica, principalmente com apoio nos seguintes autores e obras: *Justiça Restaurativa* de Howard Zehr, (2015 2ª edição) Outra obra que não pode ficar de fora, é *No coração da esperança: guia de práticas circulares* escrito por Carolyn Boyes – Watson e Kay Pranis. (2011. 1ª edição), também a obra *Disciplina Restaurativa para escolas* de Judy H. Mullet e Lorraine Stutzman Amstutz. (2012. 1ª edição).

Vale registrar também que no quadro de revisão de literatura foram destacadas sete (7) pesquisas, sendo duas dissertações, duas teses, e três artigos científicos. Essas teses, dissertações e artigos científicos, foram lidos durante a execução da pesquisa. Sendo eles: *Círculos da paz: práticas restaurativas como instrumento de acesso a justiça nas escolas do Tocantins* (dissertação); *Práticas Restaurativas: Alternativas de mediação de Conflitos na escola – Uma opção pela*

Humanização das relações (dissertação); *Cultura da paz e educação para a paz: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin* (tese); *Justiça Restaurativa, um desafio para a educação* (tese); *Práticas restaurativas e suas possibilidades na escola* (artigo científico); *Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: A afirmação da Justiça Restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso a justiça* (artigo científico); *Restaurativismo na escola: Humanizando a escola por meio de Círculos de Construção de paz* (artigo científico); Todas essas obras já citadas foram pesquisadas no Google acadêmico, Biblioteca digital brasileira de teses e dissertações, e Plataforma SIELO.

2.3 JUSTIÇA RESTAURATIVA.

A Justiça Restaurativa é um modelo de ação conciliativa que se aplica em situações de conflito. Ela traz uma forma de pensar a resolução do problema, dando um enfoque na restauração do caso e está centrada nos danos causados por uma infração às pessoas e aos relacionados atingidos.

Com base nisso, podemos definir que:

A justiça Restaurativa constitui uma proposta com práticas restaurativas, que corresponde aos encontros nos quais as pessoas diretamente envolvidas – suas famílias, amigos e comunidade, são chamados para participar de dinâmicas que lhe assegurem a oportunidade de avaliar as causas e consequências do que ocorreu, ao tempo em que são construídas as alternativas, tanto para reparar os danos quanto para evitar que se repitam.⁸

Esta proposta restaurativa, permite que a participação das pessoas envolvidas, aconteça de forma respeitosa e consciente, pelo fato de concordarem encontrar-se frente a frente, para falar sobre os seus sentimentos, com o objetivo de resgatar as relações perdidas e evitar a reincidência. Para isso, existem regulamentos que dão parâmetros para que os encontros aconteçam de forma a contemplar todos os envolvidos no conflito, sem excluir ninguém, agindo de forma justa e democrática.

Esta justiça desenvolve ações tanto no âmbito de atendimento judicial, socioeducativo, como no contexto da educação escolar. Em cada situação que é

⁸ Justiça Restaurativa do Brasil – A paz pede a palavra. Porto Alegre 2015, p.09

aplicada, é possível contemplar meios que contribuem para a resolução do conflito, pelo fato de apresentar o caminho do diálogo, os círculos de discussões, a exposição dos relatos, o desejo de mudança, a verbalização da verdade e o sonho de uma vida de paz.

Para Zehr⁹, a Justiça Restaurativa proporciona, uma forma concreta de pensar a justiça, no âmbito da teoria e prática da transformação de conflito e construção da paz. Nesse sentido, o autor enfatiza tal importância pelo fato de ainda existir uma percepção da injustiça quando acontece um conflito. Para ele, os princípios da Justiça Restaurativa, oferecem uma estrutura concreta para tratar as questões de injustiças presentes.

Esta “forma concreta” de pensar a justiça, apresentada pelo autor se refere, ao modo como acontece os encontros. Na medida em que as partes envolvidas participam do processo, possibilita que a pessoa envolvida, veja de forma concreta o que está acontecendo e que não aconteça injustiça. Assim, os envolvidos compreenderão que sua participação contribui para a resolução do problema e a construção da paz. Para isso, é preciso de uma estrutura concreta, que vem a ser os fundamentos, pilares e conceitos da Justiça Restaurativa. Com base nisso, ela vai se concretizar quando se chega a um acordo, onde ambas das partes são atendidos de forma justa.

É sobre esta forma de pensar e de agir que a Justiça Restaurativa surgiu. Sobre o pensar (visão ou enfoque restaurativo), a preocupação vai além das questões legais, ou seja, ela está centrada nos danos causados por uma infração às pessoas e aos relacionamentos atingidos.

Por isso, ela promove práticas restaurativas como o diálogo, a escuta, rodas de conversa, a fim de que a comunidade possa adotar um processo que transforme as circunstâncias trágicas de uma ofensa, conflito ou violência em uma oportunidade. Com isso, pessoas que estão conectadas a um sofrimento, passam a ser protagonistas participando do processo de forma ativa, avaliando tudo o que está sendo realizado.

Essas práticas restaurativas são estratégias que facilitam a comunicação e o diálogo acerca de questões difíceis. Elas proporcionam encontros seguros e protegidos, assegurando uma forma de intermediar e propor soluções.

⁹ Zehr , 2015, p. 60

A Justiça Restaurativa é um caminho prático para harmonizar relações e recompor a paz em situações conflitivas, promover a cultura da paz e fortalecer a sociedade e ao demonstrar que a Justiça é, mais do que uma função ou uma instituição social importante, um valor humano fundamental.¹⁰

Desse modo, a Justiça Restaurativa com sua proposta de prevenção, ressocialização, segurança e fortalecimento de vínculo, diante dos conflitos apresentados, terá como foco a promoção de um ambiente seguro onde possa acontecer a construção da cultura da paz, convivência pacífica e o resgate de valores que contribuem para a promoção do respeito, do diálogo, da empatia e da resolução de conflitos.

A Justiça Restaurativa enfatizando estratégias de reciprocidade e de participação permite situar a intervenção no conflito num campo mais além dos julgamentos, dos castigos e das premiações. Neste sentido, é possível que os envolvidos se identifiquem e se conectem com sua própria humanidade e com a do outro. No entanto, essa conexão levará o indivíduo a uma busca interna, e depois com o outro, dentro de um processo de interação, possibilitando assim, uma construção participativa na definição de compromissos e acordos de forma autônoma.

2.3.1 Os Pilares da Justiça Restaurativa

Existem três pilares que a Justiça Restaurativa utiliza como referenciais para a sua aplicabilidade em qualquer situação, sendo eles: o crime, a obrigação e o ônus, o restabelecimento de pessoas e a correção de males. Para que possamos entender melhor, Howard Zehr e Harry Mika¹¹, apresenta-os na sua originalidade:

Foco no dano cometido - o crime: A Justiça Restaurativa vê o crime primordialmente como um dano causado a pessoas e comunidades, portanto, o fazer justiça, começa na preocupação com a vítima e suas necessidades. Ela procura tanto quanto possível, reparar o dano- concreto e simbolicamente.

Males ou danos resultam em obrigações - a obrigação e o ônus: Por conta do fato ocorrido, é preciso que ocorra a responsabilização daqueles que causaram o dano. Neste sentido o que faz, na esfera legítima, é a punição

¹⁰ JRB, 2015. p12

¹¹ Justiça Restaurativa. São Paulo – Atenas 2015 p 91

do ofensor. Já na Justiça Restaurativa, se o crime for visto como um dano, a responsabilização significa que o ofensor deve ser estimulado a compreender o dano que causou. Ele deve começar a entender as consequências de seu comportamento.

A justiça Restaurativa promove engajamento ou participação - o restabelecimento de pessoas e a correção de males.: As partes afetadas pelo crime, desempenham papéis significativos no processo judicial. Dessa forma, acontece diálogo direto entre as partes, eles partilham seus relatos e chegam a um consenso sobre o que pode ser feito. A promoção do engajamento detém legítimo interesse no caso e na sua solução (os prejudicados, os que causaram danos e membros da comunidade).

O foco no dano vai dar ênfase no fato do crime ser fundamentalmente uma violação de pessoas e relações interpessoais. Nesse caso, a vítima e a comunidade foram prejudicadas e necessitam de restauração. Neste processo, de Justiça Restaurativa, é maximizado a contribuição e participação das partes, na busca da cura, da responsabilidade e da prevenção.

Os males e os danos causados pelos ofensores resultam em obrigações que precisam ser corrigidas o mais breve possível. Como a obrigação primária é com as vítimas, um processo de Justiça Restaurativa dá poder a elas para participarem efetivamente na definição de obrigações. Esses ofensores têm oportunidades e encorajamento para entender o dano que causaram às vítimas e à comunidade, desenvolvendo planos para assumir a devida responsabilidade.

Pelo fato de a Justiça Restaurativa promover o engajamento e a participação, ela entende que o processo pertence a comunidade. E por esse motivo, os membros desse grupo estão ativamente envolvidos em fazer justiça. Agindo assim, com a participação, o processo faz uso de recursos que contribui para a construção de fortalecimento da comunidade, a fim de promover mudanças, impedindo que danos semelhantes aconteçam a outros.

Neste sentido, e diante dos três indicadores, a Justiça Restaurativa entende que sempre que ocorre uma violação é preciso que os ofensores sejam responsabilizados a corrigirem o crime praticado. Esses, diante da violação criada, passam então a receber oportunidade e estímulo para compreender o mal que causaram às vítimas e à comunidade. Por conta disso, passam a desenvolver planos de assumir a sua responsabilidade diante dos fatos.

Nesse caso, busca-se restabelecer o que está fragilizado, e com isso, é ampliado as oportunidades para troca de informações, participação, diálogo e consentimento mútuo entre a vítima e o ofensor. As necessidades e aptidões dos ofensores são levados em conta, reconhecendo que os próprios ofensores sofreram

um dano e por conta disso, o restabelecimento e interação dos ofensores a comunidade são enfatizados.

2.3.2 Os objetivos da Justiça Restaurativa

Os objetivos da Justiça Restaurativa estão vinculados, portanto, aos seus próprios princípios, tais como: Respeito, Responsabilidade e Relacionamento. Esses princípios fundamentam os objetivos da Justiça Restaurativa na promoção do protagonismo e da autonomia das pessoas diretamente envolvidas em situações de dano, sofrimento, conflito ou violência.

Conforme o site JUSTIÇA RESTAURATIVA¹², acessado no dia 18.05.2022, os objetivos da Justiça restaurativa são os seguintes: Reparar danos causados; Buscar soluções pacíficas para conflitos e tensões sociais, com a participação, inclusive da comunidade; Integrar pessoas além dos rótulos de vítima, ofensor e testemunha, possibilitando o desenvolvimento de ações construtivas que beneficiem a todos; Dar oportunidade à vítima de expor seus sentimentos e percepções, referente ao dano sofrido, dizer qual o impacto que o trauma causou a si de modo a provocar, inclusive, além de sua restauração, uma atitude reflexiva e reparadora do ofensor; Restaurar o sendo de justiça; Aproximar todos os envolvidos, com um plano de ações que objetive a restauração de laços sociais, reparar danos causados, bem como gerar compromissos futuros mais harmônicos.

Diante dos objetivos apresentados, a Justiça restaurativa visa proporcionar crescimento, reorganizando e redirecionando positivamente as emoções desencadeadas pela experiência negativa de um conflito ou infração. Ao abrir os canais de comunicação e restabelecer a conexão das pessoas consigo mesmas, entre si, e com suas comunidades, o principal objetivo da justiça restaurativa está em articular reações coletivas, éticas e responsáveis para recompor o tecido social rompido pela infração e tentar suprir as faltas e falhas que permitiram que os fatos ocorressem, a fim de que não se repitam.¹³

¹² <http://www.justicarestaurativa.com.br/portal/index.php/o-que-e-justica-restaurativa/quais-sao-os-principais-objetivos-da-justica-restaurativa> - Guia para comunicadores sobre justiça e práticas restaurativas - Publicação produzida pela Agência de Notícias da Infância Matraca - Apoio: Instituto C&A - 42 págs - São Luís/MA - Setembro, 2013

¹³ Justiça Restaurativa do Brasil – A paz pede a palavra. Noções elementares de Justiça Restaurativa – Porto Alegre, 2015. P13

2.3.3 Breve histórico da Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa iniciou sua atuação no sistema de Justiça Criminal, atuando como uma justiça prospectiva para a mudança de vida do infrator a partir dos círculos de construção de paz, tendo como enfoque na compensação da vítima, diferentemente do modelo retributivista ao qual o foco é estabelecido na punição, este sistema restaurativo, tem como finalidade principal a solução do problema centrado na reparação do dano.

Porém, a utilização dos círculos de construção de paz, já vinham por muito tempo sendo praticados nas comunidades não ocidentais para resolver conflitos que surgiam dentro do próprio grupo de habitantes. Nessas rodas de conversas, já se apresentavam os princípios da justiça restaurativa.

Comunidades indígena, como o povo navajo, sempre viram o dano e o conflito como sintoma de desconexão, enxergando a justiça por uma lente de cura e reconexão, com restauração dos relacionamentos. Da mesma maneira, as tribos de maori, da Nova Zelândia, há muitas gerações incorporaram o sentenciamento comunitário e as conferências de grupos familiares às suas práticas.¹⁴

O uso das práticas restaurativas já era visto pelos integrantes da comunidade com algo que possibilitava a reflexão, a solução dos problemas e a decisão na aplicação de sanções diante do crime praticado. Tal postura dos líderes contribuía para um pensar coletivo, um caminhar na mesma direção, um olhar para o centro do fato e, assim, buscar uma solução conjunta entre os envolvidos no fato.

Além das tribos aplicarem os princípios da justiça restaurativa em suas abordagens tradicionais a construção da paz e resolução de conflitos, vale citar o caso de Elmira, ocorrido no ano de 1974, onde se tem como sendo o primeiro caso a ser aplicado os princípios do JR aqui no Ocidente, um oficial de liberdade condicional canadense e voluntário do *Mennonite central Committe* experimentou uma abordagem mais comunitária para lidar com um incidente que envolvia dois jovens acusados de vandalismo.

Neste caso, os rapazes envolvidos no vandalismo, se encontram com a vítima para oferecer restituição. Com isso, outros programas foram criados com objetivo de

¹⁴ EVANS, 2018. P. 22

propor ações de restauração entre vítima e ofensor, tanto no sistema de justiça criminal como no sistema de justiça para a infância e juventude.

A partir deste caso, surgiu o VORP – Programa de Reconciliação Vítima - Ofensor, que passou a atuar na busca de alternativas para resolução dos conflitos, dando enfoque no relacionamento e não somente na lei e punição. Por conta do sucesso, os VORPS foram introduzidos nos Estados Unidos em Elkhart, Indiana, em meados dos anos 1970, sob a condução de Howard Zehr, que vem liderando o campo da Justiça Restaurativa há mais de 40 anos

As primeiras experiências mundiais de Justiça Restaurativa, se deram a partir das décadas de 1970 e 1980, nos EUA, Canadá, África do Sul e países europeus. O termo Justiça Restaurativa foi definido somente em 1996 pelo inglês Tony Marshall, como sendo “um processo pelo qual todas as partes envolvidas em um delito reúnem-se para resolver coletivamente como lidar com as consequências futuras da ofensa e suas implicações para o futuro”¹⁵.

Já no ano de 2002, o Conselho Econômico e Social da ONU expediu a Resolução 2002/12 ¹⁶ indicando que os Estados membros passassem a apoiar a implementação das propostas relacionadas a JR. A ONU reconheceu os benefícios que a Justiça Restaurativa ofereceu aos participantes. Isso por quê:

[...] essa abordagem propicia uma oportunidade para as vítimas obterem reparação, sentirem-se mais seguras e poderem superar o problema, garantindo, ainda, aos adolescentes, oportunidade para compreenderem as causas e as consequências de seu comportamento, assumindo responsabilidade de forma efetiva e, por fim, que a comunidade possa compreender as causas subjacentes dos crimes visando promover o seu bem-estar e prevenir a criminalidade.

Foi no ano de 2005 que as discussões sobre Justiça Restaurativa começaram a ganhar força no Brasil, provocadas pela Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça¹⁷ - “Implementando Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro” - que implementou os projetos pilotos em Brasília/DF, São Caetano do Sul/SP e Porto Alegre/RS. O Rio Grande do Sul, vem se, destacando pelo pioneirismo na Justiça Restaurativa pelo projeto Justiça para o Século XXI.

¹⁵ AGUIAR, 2009, p. 109

¹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002 - Resolução 2002/12

¹⁷ Implementando Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro - BRANCHER, AGUINSKY, 2010

Esses projetos tiveram como suporte teórico seminários realizados no país, oficinas de treinamento e a publicação de livros sobre o tema.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ – Tem proporcionado ações importantes sobre a solução de conflitos, dentre eles a Justiça Restaurativa. A Resolução 225 de 2016 do Conselho Nacional de Justiça é resultado desta iniciativa¹⁸:

[...] constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma: I – é necessária a participação do ofensor, e, quando houver, da vítima, bem como, das suas famílias e dos demais envolvidos no fato danoso, com a presença dos representantes da comunidade direta ou indiretamente atingida pelo fato e de um ou mais facilitadores restaurativos; II – as práticas restaurativas serão coordenadas por facilitadores restaurativos capacitados em técnicas autocompositivas e consensuais de solução de conflitos próprias da Justiça Restaurativa, podendo ser servidor do tribunal, agente público, voluntário ou indicado por entidades parceiras; III – as práticas restaurativas terão como foco a satisfação das necessidades de todos os envolvidos, a responsabilização ativa daqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a ocorrência do fato danoso e o empoderamento da comunidade, destacando a necessidade da reparação do dano e da recomposição do tecido social rompido pelo conflito e as suas implicações para o futuro.

Por sua vez e como consequência de sua importância, o Conselho Nacional de Justiça do Brasil, considerando as recomendações das organizações das Nações Unidas para fins de Implantação da Justiça Restaurativa nos estados membros expressas nas Resoluções da ONU 199/26, 2000/14 e 2002/12, que estabelecem os princípios básicos entre outras considerações tanto no aspecto legal jurídico, como social e educacional, a Justiça Restaurativa, passou a ser uma Política Pública Nacional no dia 31 de maio do ano de 2016, conforme a resolução 225.

Segundo Howard Zehr, existem cinco perguntas para resolver um problema: **1º** Quem foi prejudicado? **2º** Quais são as necessidades desta pessoa? **3º** De quem é a obrigação de atender a essas necessidades? **4º** Quem precisa participar deste processo e determinar essas necessidades? **5º** Quem foi ou forma os afetados?

Para que se preserve o indivíduo e não lhe cause novos danos, essas perguntas servem de parâmetros com foco no processo restaurativo. Como a proposta é resolver o conflito, os círculos vêm como uma nova forma de congregar

¹⁸ Resolução CNJ 225/2016

as pessoas, chegar ao entendimento mútuo, fortalecer relacionamentos e resolver problemas grupais, reparo de danos e nutrição das interconexões.

Para Zehr, A Justiça deveria se concentrar na reparação, em acertar o que não está certo. Neste caso, duas lentes bem diferentes poderiam ser descritas da seguinte forma:

Justiça retributiva: O crime é uma violação contra o Estado, definida pela desobediência a lei e pela culpa. A justiça determina a culpa e infringe dor no contexto de uma disputa entre ofensor e Estado, regida por regras sistemáticas. **Justiça restaurativa** o crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria a obrigação de corrigir os erros. A Justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança¹⁹.

Sendo assim, Zehr deixa claro que as duas modalidades têm muito em comum, sendo que um dos objetivos primários de ambas as teorias – a retributiva e a restaurativa – é o de acertar as contas através da reciprocidade. Tanto a teoria retributiva quanto a restaurativa reconhecem a intuição ética básica de que o comportamento socialmente nocivo desequilibra a balança.

As duas abordagens, sustentam que deve haver uma proporcionalidade entre o ato lesivo e a reação a ele. Porém, o autor difere ao referir-se ao pagamento das obrigações e como vai dar o equilíbrio nesta balança. Por um lado, a justiça retributiva postula que a dor é o elemento capaz de acertar as contas e a justiça restaurativa sustenta que o único elemento apto para realmente acertar as contas é a conjugação do reconhecimento dos danos sofridos pela vítima e suas necessidades com o esforço ativo para estimular o ofensor a assumir a responsabilidade, corrigir os males e tratar as causas daquele comportamento.

Por esse motivo, enfatiza que cada ofensor deve assumir responsabilidade de corrigir a situação que foi gerada por ele. Zehr afirma que a grande diferença entre a justiça restaurativa e a justiça retributiva está no modo como é aplicada.

Com base no que acredita, Zehr entende da seguinte forma:

Tabela 01 - Diferença da Justiça Restaurativa e a Justiça Retributiva	
JUSTIÇA RETRIBUTIVA	JUSTIÇA RESTAURATIVA
Culpa	Responsabilidade
Perseguição	Encontro
Imposição	Diálogo

¹⁹ ZEHR 1990, p 171

Castigo	Reparação do Dano
Coerção	Coesão

Fonte: Revista paz restaurativa: a paz que nasce de uma nova justiça.²⁰

A função da Justiça é assegurar o cumprimento das normas estabelecidas em lei, para que direitos e deveres sejam garantidos. Embora as normas e condutas tanto morais ou jurídicas apresentem uma diversidade de gêneros, no fundo, todas guardam a mesma natureza, para que seja conferido o máximo de eticidade na aplicação das normas.

Sabendo-se disso, o agressor será responsabilizado pelo crime cometido, recebendo a aplicação das normas definidas em lei. Essas, uma vez aplicadas e observadas, podem definir caminhos e posturas para quem as receber, em relação à interpretação da responsabilidade.

Conforme o quadro acima, apresentado por Zehr, que destaca a diferença da justiça retributiva e da justiça restaurativa no que se refere à aplicação da responsabilidade. Para ele, a justiça retributiva vai apontar um culpado, pelo fato de um comportamento indevido, identificando que a culpa é absoluta e indelével. Nesse sentido, por ser um sentimento social, o indivíduo vai apresentar a necessidade de reparação ou autopunição. Já para a Justiça Restaurativa, o comportamento indevido, cria responsabilidade e obrigações, levando o indivíduo a autorreflexão dos delitos cometidos.

A perseguição é uma ação, segundo o autor, que o agressor enfrenta pela justiça retributiva, pelo fato de ter cometido um crime, ele é enquadrado em uma situação em que passa a estar sobre o olhar da justiça e as possíveis penalidades dos rigores da lei. Por tudo isso, ela se afasta da vítima, não tendo condições de se aproximar e tentar resolver tal conflito. A Justiça Restaurativa, vai em sentido contrário, ela promove encontros, onde o ofensor e a vítima possam estar juntos para dialogarem em relação ao conflito gerado, sendo mediado por um facilitador, com o objetivo de compartilharem sentimentos gerados por conta da situação.

²⁰ Revista paz restaurativa: a paz que nasce de uma nova justiça - 2013-2014, um ano de implantação da Justiça Restaurativa como política de pacificação social em Caxias do Sul/ coordenação Leoberto Bracher – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de Artes Gráficas, https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/A_Paz_que_Nasce_de_uma_Nova_Justica_B_AIXA.pdf, 2014

A justiça retributiva, no seu modo de aplicabilidade dos procedimentos, fará uma imposição da lei, diante do crime praticado, sendo uma obrigação que se deve cumprir, determinando que o agressor não é permitido falar com a vítima. Entretanto, a justiça restaurativa promoverá o diálogo, onde o agressor e a vítima são convidados a participarem de um círculo restaurativo, para dialogarem sobre seus atos e como isso proporcionou a situação que levou a mudança de postura, de atitude e de ações.

Seguindo o quadro do autor, ele vai dizer que a justiça retributiva, vai agir de forma a oferecer um castigo ao ofensor, ou seja, se cometeu crime, terá que pagar por ele, com os rigores da lei, isto é, dar uma punição, uma pena à pessoa que praticou o delito, com a finalidade de funcionar como corretivo. Por sua vez, a Justiça Restaurativa fará com que o criminoso tenha a compreensão de que ele precisa reparar o dano causado. Isso, acontecerá somente a partir de um espaço de escuta dialógica, de acolhimento, que lhe é proporcionado, através de um momento de fala e de escuta entre as partes.

A justiça retributiva promoverá a coerção, que corresponde a repressão. Ela passa a reprimir alguém, induzindo para obter algo através de ameaças ou intimidações, levando a pessoa a tomar determinada atitude que não era desejada por ela. Assim, a justiça restaurativa vai promover a coesão, ou seja, uma ligação harmônica entre duas partes, possibilitando que em conjunto de ideias seja definido de maneira uniforme, a melhor decisão diante dos fatos apresentados.

Diante deste paralelo apresentado pelo autor, é possível perceber o quanto a justiça restaurativa destaca-se na proposta a corrigir os males, criando com isso, mecanismos de apoio para a promoção da responsabilidade do ofensor diante do ato criminoso, estimulando-o a compreender o quanto foi prejudicial à vítima pelo dano praticado. Por esse motivo, Zehr acredita que a justiça tradicional não promove a empatia em relação à vítima, defendendo assim, o seu próprio interesse.

2.3.4 Justiça Restaurativa Na Educação

A JRE lançou suas raízes, desde o ano de 1990, onde professores passaram a conduzir processos circulares para fortalecer suas comunidades no ambiente escolar. Essas ações na escola, deram-se a partir das propostas de acolhimento e

inclusão de alunos que foram expulsos ou suspensos devido suas condutas de indisciplina e comportamentos desafiadores.

Por conta disso, muitos educadores trabalharam de forma intensa para que o crescimento e a expansão da Justiça Restaurativa em ambientes pedagógicos fossem implantados com seus princípios na rotina da escola, para que os fortalecimentos da cultura relacional e de interconexões acontecessem no ambiente educativo escolar.

Tendo em vista que a expressão justiça restaurativa na educação sintetiza e amplifica aquilo que é partilhado em todas as perspectivas de forma mais clara, vale trazer a definição destes termos, conforme descreve Katherine²¹:

Justiça: Respeito ao valor inato de todos nós. Ela é implementada através dos relacionamentos. A Justiça primária, às vezes chamada justiça social, é uma condição de respeito, dignidade e proteção de direitos e oportunidades para todos e está presente nos relacionamentos em que ninguém é lesado. A Justiça secundária, ou judicial, é compreendida principalmente como resposta a um dano ou crime.

Restaurativa: como adjetivo que qualifica tanto a justiça primária com a secundária, descreve o modo como a dignidade, o valor e a interconexão de um grupo ou indivíduo serão nutridos, protegidos ou reestabelecidos a fim de permitir que as pessoas contribuam plenamente como membros de sua comunidade.

Educação: vem do latim *educare*, que significa “conduzir, fazer aflorar”. Portanto, inclui no aprendizado em todos os contextos, formal ou informal, e busca empoderar o aluno de qualquer idade para que ele consiga agir de acordo com sua capacidade de ser humano relacional.

Cada uma dessas palavras, por si só, já refletem uma visão dos seres humanos como únicos e cheios de potencial. Alguém que tem condições de exercer suas aptidões para construir relacionamentos, criar possibilidades de participação, fortalecer vínculos, gerar conexões, identificar referências e aprofundar o conhecimento na sua vida educacional e social.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, segundo a autora, a Justiça restaurativa na educação é a facilitação de comunidades de aprendizado que nutrem a capacidade das pessoas de se engajarem mutuamente e com seu ambiente de modo a amparar e respeitar a dignidade e valores inerentes a todos. Dessa forma, compreende-se que todos os envolvidos, nesse processo, são beneficiados, pois ocorre participação, envolvimento e engajamento assim com apoio mútuo.

É importante ainda apontar que conforme Katherine²²:

²¹ Katherine, 2018, p. 15

“a Justiça Restaurativa na educação, identifica três conceitos interconectados e igualmente importante, sendo eles: Criar ambientes de aprendizado justos e equitativos. Nutrir relacionamentos saudáveis. Reparar danos e transformar conflitos.”

A partir desses componentes, a Justiça Restaurativa na educação vê as pessoas como valiosas e relacionais e tem suas raízes nos valores do respeito, da dignidade e do cuidado mútuo. Criar ambientes de aprendizado justos e equitativos, significa que todos os alunos e funcionários serão reconhecidos e aceitos por quem são, inclusive, por sua raça, gênero, sexualidade, condições socioeconômicas, religião, linguagem, entre outros aspectos, criando espaços de pertencimento que amparem a todos em suas necessidades.

Em relação a nutrir relacionamentos saudáveis, é o reconhecimento de que a saúde social e emocional é vital para aprender e para viver. Sendo que as ações que geram cuidado com o outro, respeito ao próximo, pertencimento e atitudes humanizadoras, são elementos que contribuem para que uma boa convivência aconteça no espaço escolar entre os atores da educação, assim como as famílias dos alunos. Esse espaço precisa gerar pertencimento, construção da identidade e gosto pelo ensino.

Reparar danos e transformar conflitos é reconhecer que ambos existem e fazem parte das relações de convivência e, muitas vezes, podem oferecer oportunidade de aprendizado e transformação. É preciso que juntos, passem a pensar a questão conflituosa, para que seja solucionado o problema, identificando os danos e decidindo conjuntamente a responsabilização do que foi prejudicado, para então, solucionar sem gerar novos conflitos.

As ações da justiça restaurativa na escola diferenciam-se daquelas no Sistema Judiciário. Na instituição escolar, nem sempre vai atender situação que envolva conflitos, ela atuará, muito mais, no trabalho preventivo junto aos estudantes. Sua aplicação na educação parte de forma mais intensa no trabalho preventivo com uma proposta de diálogo e conversas para desenvolver a empatia pelo outro, tendo por objetivo promover a paz e harmonia no ambiente escolar.

²² Katherine, 2018, p7

Conforme Katherine²³, “A justiça restaurativa pratica a escuta e cria espaços para tal, mas uma parte na criação do ambiente restaurativo na escola é formatar estes espaços de modo menos estruturado”. Por esse motivo é que a sua atuação acontece muito de forma preventiva, pois ouvir é uma das maneiras pelas quais os alunos se conectam com os demais e podem se expressar de forma autêntica, vivendo um processo de reestabelecimento.

Sabendo que a atuação da justiça restaurativa na escola, dar-se-á muito na prevenção, existe o desafio diante dos conflitos, pois sua existência e a questão em destaque é o de como reagir a danos e problemas de forma a não causar mais danos de nossa ação. Nesse sentido, é necessário que trabalhem de forma a preservar o ambiente seguro e harmonioso, tendo cuidado com nossas ações, praticando um diálogo qualificado, apresentando valores e princípios peculiares, objetivando reflexões, conscientização, responsabilização bem como a restauração de relações.

2.4 CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ

Conforme já citado anteriormente, a justiça restaurativa, por ser um processo que reúne pessoas envolvidas em um conflito para decidir coletivamente as circunstâncias decorrentes do ato, utiliza-se da metodologia dos círculos de construção de paz, para facilitação do diálogo entre as partes.

Conforme PRANIS²⁴,

O círculo é um processo estruturado para organizar em grupo, a construção de relacionamentos, tomada de decisões e resolução de conflitos de forma eficiente. O processo cria um espaço à parte de nossos modos de estarmos juntos. O círculo incorpora e nutre uma filosofia de relacionamento e de interconectividade que pode nos guiar em todas as circunstâncias – dentro do círculo e fora dele.

Esse círculo apresentado, diferencia-se dos outros grupos de conversa, pelo fato de ter uma estrutura organizacional que permite seu desenvolvimento durante o

²³ Evans, Katherine, Justiça Restaurativa na educação: promover responsabilidades, cura e esperança nas escolas? Katherine Evans e Dorothy Vaandering; tradução de Tânia van Acker – São Paulo: Palas Athena, 2018, p. 58

²⁴ PRANIS, 2011, p. 35

encontro. Nele, as pessoas participam a partir de um diálogo verbal que é conduzido por um facilitador que tenha formação na Justiça Restaurativa.

Na sua estrutura, tem elementos essenciais para que seja realizado e possa criar um espaço onde todos os participantes falem a sua verdade um para o outro, respeitosamente, em pé de igualdade, para que cada um possa buscar uma compreensão mais profunda deles próprios e dos outros.

Como é, então, o círculo? Para que entendamos melhor, apresentaremos os elementos que compõem esse círculo utilizado pelo facilitador. Vale destacar que todos os participantes se sentam em círculo, pelo fato de possibilitar que todos se enxerguem e se comprometam um com o outro, frente a frente. Como já citado pela Kay Pranis, p.35 “um círculo enfatiza, igualdade e conectividade”. Nesse sentido, o modelo circular cria uma sensação de foco em uma preocupação comum, sem proporcionar a sensação de “lados”.

2.4.1 Da Estrutura dos Círculos de Construção de Paz

Os CCP tem uma estrutura, que vem acompanhada de etapas para que os participantes possam entender o seu processo e se sintirem acolhidos durante a atividade. Segue abaixo, como esta estrutura está dividida.

2.4.1.1 CERIMÔNIA DE ABERTURA

A cerimônia de abertura marca o início das atividades e promove a aproximação entre os participantes e a conexão com a atividade que irá iniciar. Há várias formas de realizar a cerimônia de abertura, com dinâmicas ou atividades lúdicas, como a leitura de uma poesia, audição de uma música, técnicas de respiração, dentre outras. Essa etapa está subdividida: Recepção, apresentação, técnicas²⁵.

Na recepção, o facilitador fará o acolhimento de todos os presentes, agradecendo a disposição de cada um por conseguir se fazer presente no encontro. Na sequência, faz a apresentação, falando seu nome, identificando-se como integrante da Justiça Restaurativa de sua cidade. Após isso, é explicado aos

²⁵ Manual da Justiça Restaurativa .TJ Paraná. P 13

presentes que eles estão participando de um círculo de construção de paz. Para isso, é apresentada uma pequena e breve definição, falando que os círculos são encontros com um grupo de pessoas, onde essas dialogam sobre um determinado assunto, situação e ou conflito gerado.

Depois da apresentação pessoal dos participantes e recepção dos mesmos, o facilitador aplica uma técnica de relaxamento e concentração. Ele convida os participantes para que fiquem à vontade no círculo, e se sentem de forma confortável durante a técnica. Sempre se dá ênfase a uma dinâmica; neste caso, a respiração e relaxamento, pelo fato dela contribuir para que entremos em conexão com nós mesmos, ajudando-nos a desacelerar e a ouvir nossa própria consciência. Depois que está organizado, então o facilitador pede para que fechem os olhos ou se concentrem com o olhar em algum lugar respirando profundamente e expirando por três vezes, relaxando bem o corpo.

2.4.1.2 PEÇA DE CENTRO

Os facilitadores de círculo usam uma peça de centro para criar um ponto de foco que apoia o falar de coração e o escutar de coração. Geralmente ele é representado por uma toalha ou pano, que fica no chão onde são postos alguns objetos que representarão os valores do eu verdadeiro ou os princípios fundamentais do processo ou a visão compartilhada do grupo. O que quer que esteja incluído nesta representação de objetos, deve representar uma sensação de calor humano, hospitalidade e inclusão.

Figura 1 – Modelo de Peça de Centro



Fonte: Arquivo Pessoal (2023)

Pode-se pedir aos participantes que tragam um objeto que represente um aspecto importante em suas vidas. A peça de centro, que inclui vários objetos, inclusive dos participantes, é um símbolo poderoso-tanto de conexão como de ponto em comum da riqueza e da diversidade.

2.4.1.3 - DISCUSSÃO DE VALORES E DIRETRIZES

Nos círculos existem valores que são incluídos para fazerem parte do encontro. Por conta disso, são apresentados alguns valores aos participantes onde eles indicarão aqueles que são importantes e que querem trazer para o diálogo, fazendo assim, um alicerce desses no círculo de construção de paz. Da mesma forma, acontece com as diretrizes, que representam algumas regras que articulam os acordos entre os participantes sobre como eles irão se comportar durante o círculo de diálogo.

Para clarear, segue a descrição de algumas frases que compõem as diretrizes de um círculo de diálogo. Respeitar o objeto da palavra, sigilo, falar de si, escutar de forma atenta, não julgar, não dar conselhos. Os participantes elaboram as diretrizes juntos, concordam com elas e então se apoiam mutuamente para observá-las no decorrer do círculo.

2.4.1.4 OBJETO DA PALAVRA:

Nos círculos de construção de paz, existe um objeto da palavra. Este objeto vai passar de mãos em mãos, e cada pessoa somente poder falar, quando estiver com ele em suas mãos. Quando não estiver consigo, é preciso esperar a sua vez para falar. Esse objeto pode ser representado por um livro, uma chave, um brinquedo entre outros, e tem a função de regular o diálogo dos participantes. Dessa forma, a todos os presentes é permitido a plena expressão das emoções, foco na escuta e respeito aos integrantes do grupo.

Uma questão aqui merece destaque, pois o objeto da palavra retira o peso do controle do facilitador e distribui o controle do processo entre os participantes, pelo fato dele ser um equalizador poderoso. Ela dá a cada participante a oportunidade igual de falar e carregar um pressuposto implícito de que cada participante tem algo

importante a oferecer ao grupo.

2.4.1.5 PERGUNTAS NORTEADORAS

Nos círculos existem perguntas norteadoras a fim de estimular as conversas a respeito do interesse principal. Estas perguntas são feitas pelo facilitador e cada membro do círculo terá a sua oportunidade para responder dentro de cada rodada. As perguntas são cuidadosamente formuladas para facilitar a discussão.

Essas perguntas, segundo Kay Pranis²⁶, podem contribuir para: “encorajar o participante a falar de suas próprias experiências vividas; compartilhar histórias, focar em sentimentos e impactos ao invés de nos fatos e ajudar a fazer a transição da discussão de histórias difíceis para a discussão do que pode ser feito agora, com ideia de melhorar a situação”.

É importante ressaltar que, conforme a autora, as perguntas nunca devem convidar a ataques ao outro indivíduo ou ao grupo. Por esse motivo, é preferível, pedir aos participantes que usem frases que comecem por “eu” ou invés de “você”.

2.4.1.6 CERIMÔNIA DE FECHAMENTO

Sinaliza o encerramento da prática e celebra o esforço pela realização das atividades. Da mesma forma que a cerimônia de abertura, podem ser utilizadas dinâmicas ou atividades lúdicas, como a leitura de uma poesia, audição de uma música, técnicas de respiração, dentre outras²⁷. A cerimônia de fechamento, afirma a interconectividade dos presentes, gera sentimento de esperança para o futuro e prepara os participantes para retornarem ao espaço comum de suas vidas.

A estrutura em que o círculo está organizado permite que a identificação e a compreensão das causas e necessidades subjacentes à convivência humana e a busca da sua transformação em atmosfera de segurança e respeito, seja desenvolvida durante o processo, ou ao menos, possibilite tal finalidade. Esse método, estruturado com base nos princípios e valores das práticas restaurativas e da cultura da paz, vem sendo utilizado nos mais variados espaços de convivência social. Boyes-watson, p. 16, vai dizer que:

²⁶ Pranis, 2005, p.40

²⁷ Manual da Justiça Restaurativa .TJ Paraná. P 13

O círculo pode ajudar a fortalecer a família, dando a seus membros a chance de reconhecer seus próprios recursos. Também pode ajudar a redirecionar uma cultura de jovens para uma direção positiva, criando a oportunidade dos jovens serem uma fonte de apoio e sabedoria um para com o outro. (BOYES-WATSON, C.; PRANIS, K, p.16, 2011)

Neste sentido, o círculo promoverá o sentimento de pertencimento no grupo, cultivando a conscientização e a consideração pelo outro participante, sendo que também, assegurará a participação de forma democrática respeitosa de todos os envolvidos. Os círculos, na sua organização, ao mesmo tempo em que irão nutrir o desenvolvimento social e emocional saudável, irão também apoiar o desenvolvimento de uma comunidade saudável, que pratique o exercício da paz.

Toda essa estrutura de círculo precisa de um facilitador. Essa pessoa, que na grande maioria convida outro facilitador para trabalhar junto, é quem faz o planejamento e também o aplica no grupo e depois faz o acompanhamento. Este encontro segue um roteiro pré-determinado, dividido em três etapas: o pré-círculo (preparação para o encontro com os participantes); o círculo (realização do encontro propriamente dito); e o pós-círculo (acompanhamento).

O facilitador não está presente para controlar os assuntos levantados pelo grupo, mas direcionar os participantes para um determinado resultado. Seu papel é iniciar um espaço respeitoso e seguro e engajar os participantes a compartilharem a responsabilidade pelo ambiente e pelo trabalho compartilhado. O facilitador está em uma relação de cuidado do bem-estar de cada membro do círculo.

Este encontro restaurativo organizado com base nos processos circulares propicia a criação de espaço em que prevalece a fala e a escuta qualificada. Nesses encontros possibilitam-se abordagens de assuntos diversos que promovam a compreensão entre os participantes, prevenindo dificuldades nos relacionamentos e ajudando na superação de conflitos interpessoais.

Os processos circulares também podem ser usados na prevenção e na transformação de conflito, também favorecem o pertencimento e a auto responsabilização, fortalecem o senso de comunidade e promovem a cultura de paz. Nesse sentido, podem citar Pranis²⁸, o círculo de construção de paz:

(...) “reúnem pessoas que se tratam como iguais e mantêm trocas honestas

²⁸ Pranis, 2010 p11

sobre questões difíceis e experiências dolorosas, num ambiente de respeito e atenção amorosa para com todos. Estes círculos estão sendo realizados em contextos cada vez mais variados, oferecendo espaços onde pessoas com visões muito diferentes podem se reunir para falar francamente sobre conflitos, dor e raiva e sair se sentindo bem em relação a si mesmas e aos outros.”

A função do círculo é cumprida quando duas ou mais pessoas precisam tomar decisões conjuntas, quando discordam, precisam tratar de uma experiência que resultou dano para alguém, querem trabalhar em conjunto como uma equipe, desejam celebrar, querem partilhar dificuldades, desejam aprender uns com os outros. Essa forma de reunir pessoas possibilita que os participantes sejam respeitados, que tenham igual oportunidade de falar sem serem interrompidos, que se expliquem contando suas histórias, sendo todos iguais sem exclusão e discriminação.

Um outro aspecto que merece destaque é o termo “paz”, que os círculos apresentam no seu título. De que paz estamos falando quando realizamos os círculos ou qual paz estamos buscando durante as práticas restaurativas. Acredita-se ser importante tal definição e contextualização, para que seja entendida a função real e correta da sua aplicabilidade nos círculos.

Existem diversas iniciativas por uma cultura de paz, a qual a sociedade em geral e as escolas também almejam em seu ambiente educativo, além da paz, essas instituições buscam valores como: empatia, diálogo, cooperação, autonomia, respeito. Essas iniciativas, necessárias e importantes, contribuem para que a comunicação não violenta, ganhe espaço nos ambientes e esteja sempre presente nas relações entre os pares.

Nesse sentido, a paz presente nos círculos, conecta-se com a construção de relacionamentos, respeito ao próximo, cultura da paz, e a promoção da comunicação não violenta. Lederach²⁹, vai dizer que:

“Em vez de ver a paz como uma condição final, estática, a transformação de conflitos a considera uma qualidade relacional em contínua evolução e desenvolvimento. O trabalho de paz, portanto, se caracteriza por esforços intencionais para tratar as marés do conflito humano através das abordagens não violentas, que cuidam das questões pendentes e aumentam a compreensão, igualdade e respeito nos relacionamento”.

²⁹ Lederach, J. P, 2012: 34: Transformação de conflitos, da reflexão a ação. São Paulo. Ed. Pallas Athena

Sendo assim, o autor apresenta uma paz que se constrói a partir dos relacionamentos, da prática da comunicação não violenta, do modo como resolvemos os conflitos e a maneira como os conduzimos. Esta mesma paz, está presente na pacificação restaurativa, através de ações preventivas, implementada por meio de encontros dialógicos.

A construção da paz, é um elemento de prática diária através de nossas atitudes e envolve diretamente a forma como vemos o outro e como nos relacionamos com ele. “A paz não se constrói por si própria, mas se sustenta alicerçada em valores sociais e culturais, humanos³⁰.” Uma paz que é construída e não imposta, é uma paz que se diferencia de toda uma proposta impositiva e autoritária. Os círculos na sua proposta, trazem ferramentas que servem de instrumentos para que o a construção aconteça a partir da comunicação com o outro, da conexão de sentimentos, do respeito pela diversidade independente de quem seja.

Para Rezende a paz não é imposta, determinada por alguém ou uma ordem autoritária que venha garantir tal sentimento em grupos sociais onde não esteja presente o diálogo, a participação, a cooperação e a coerência. Rezende³¹ vai dizer que:

“Entender as ações de paz, como comunicativas, significa entendê-las como destituídas de fins, muito próximas do consenso estabelecido na educação para a paz sobre a coerência forma e conteúdo, os fins embutidos nos meios e os meios como embriões dos fins, enfim, numa superação da distinção meios e fins. É assim que se deve entender expressões como ações em favor da paz, onde a preposição para não significa uma meta, mas âmbito do consenso.

Assim, a própria noção de paz é configurada como uma ação comunicativa, onde ela torna-se expressão de um consenso, fruto de diálogo, resultado de conversas, ainda que existam divergência de ideias e opiniões, a paz prevalece, pois é resultado de uma caminhada construída coletivamente, com escuta, empatia, inclusão e respeito.

Por esse motivo, no encontro circular, é permitido a participação de qualquer

³⁰ De castro Pitano, S., Y Martins Correa, A. 9 2020. Educação e Justiça Restaurativa: Os círculos de construção de paz em tramas de aceleração de estudos - Estudios de la paz y el conflicto, Revista latino-americana, Volumen1, Número 2, 39-54.DOI:105377//rlpc.vli2.9831).

³¹ Rezende, 2005, p266, Guimarães Marcelo Rezende, Educação para a paz. sentidos e dilemas – Marcelo Rezende – Caxias do Sul, RS Educ, 2005.

pessoa que esteja envolvida no conflito, direta ou indiretamente, objetivando a resolução de problemas, reparação de danos, restauração de segurança e dignidade, a partir do diálogo e consenso.

Nesta mesma direção, é possível perceber que em um círculo que é realizado, não defini e nem garante a construção da paz, ou seja, que todos os participantes saiam do encontro transformado e ou restaurados; pois, segundo a paz passa por processo e etapas para que seja compreendida e aceita em cada pessoa dentro de suas particularidades. Antes de tudo, o participante precisa desejar estar no encontro, para então, decidir a partir de seus sentimentos e valores, se entrar num consenso com o grupo e ou pessoa.

Nessa perspectiva, entende-se que a paz está fundada na justiça e no diálogo, com ações de respeito para os sejam restaurados, com a cultura da paz vivenciada e a comunicação não violenta expressa nos atos de proximidade entre as pessoas, sendo assim, um movimento permanente.

2.4.2 Aspectos trabalhados nos Círculos de Construção de Paz - CCP

Segundo a obra no coração da esperança, guia de práticas circulares, os círculos estimulam o desenvolvimento de habilidades socioafetivas e aprimoram a função escolar em promover as dimensões pedagógicas do “aprender a ser” e do “aprender a conviver”.

Kay Pranis³² vai dizer que o círculo de construção de paz, é forte suficiente para conter: Raiva, Frustração, Alegria, Dor, Verdade, Conflito, Visões diferentes de Mundo, Sentimentos fortes, Silêncio, Angústia, Ansiedade, Depressão. Esses são alguns dos aspectos trabalhados nos círculos, além de promover o senso de respeito e de pertencimento comunitário, ativando forças de autoproteção não-violenta em benefício da segurança do grupo.

Por ser um espaço intencional, que possui uma estrutura e dedica-se a promover a conexão, a compreensão e o diálogo, ela passa a ser uma ferramenta para a definição de como estar juntos, construindo relacionamentos, estabelecendo normas e trabalhando com as diferenças.

³² Pranis, 2010; pag. 21

Fatima Bastiani³³ em sua obra, *Círculos em Movimento*, diz que os aspectos trabalhados nos círculos são: respeito, igualdade, empatia e alfabetização emocional, solução de problemas, responsabilidade, autocontrole e autoconscientização e liderança compartilhada, conforme apresentação abaixo.

Tabela 02: Aspectos que são trabalhados nos CCP	
Respeito	Em um círculo, cada perspectiva é valorizada como sendo significativa para aquela pessoa.
Igualdade	No círculo, as expectativas são as mesmas, tanto para os adultos, como para os alunos.
Empatia e alfabetização emocional	No espaço do círculo, temos maior oportunidade de refletir sobre o que estamos sentindo e de falar nossos sentimentos, muito mais do que em conversas normais.
Solução de problemas	No círculo nós agimos a partir da confiança que temos na capacidade inata dos seres humanos como seres coletivos, para avançarmos por lugares difíceis, sem a ajuda de especialistas.
Responsabilidade	Os círculos são um espaço para praticar responsabilidade, tanto com palavras, como com ações.
Autocontrole e autoconscientização	Os participantes têm de esperar a sua vez de falar, escutar sem responder imediatamente e retardar sua própria necessidade de fala. Por não ser o jeito usual de conversar, é preciso autodisciplina,
Liderança compartilhada	O círculo permite a reunião de diferenças, contém espaço para perceptivas múltiplas e reconhece a existência de verdades múltiplas. É uma prática de democracia fundamental na qual todas as vozes são ouvidas e todos os interesses devem ser tratados com dignidade.

Com os círculos de paz e seus elementos trabalhados, segundo a autora, as escolas tornam-se comunidades restaurativas, tendo mais harmonia, mantendo uma

³³ Bastiani, *Círculos em Movimento*, p. 18

estrutura organizada com ações de cuidado, beneficiando a convivência, o rendimento escolar e o desenvolvimento dos seus integrantes.

Assim sendo, espera-se que tais elementos sejam evidenciados de forma verdadeira para que as emoções ali expostas, sejam aceitas pelo que elas são, para que essa partilha das emoções, seja ouvida com respeito e respondida com empatia no grupo.

3. DOCUMENTOS ORIENTADORES DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS EMPATIA, DIÁLOGO, RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E COOPERAÇÃO DA 9ª COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC

3.1 BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A educação brasileira está diante da implementação da Nova BNCC e com ela todos os desafios resultantes de uma sociedade cada vez mais plural, contemporânea, tecnológica, conectada e com a qual precisamos estabelecer, com objetividade, o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis que todos os estudantes no seu direito possam superar todas as respectivas etapas pedagógicas através dos conhecimentos universais, científicos e humanos.

Seu principal objetivo é ser a balizadora da qualidade da educação no País por meio do estabelecimento de um patamar de aprendizagem e desenvolvimento a que todos os alunos têm direito! A Base deverá nortear a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares de todo o Brasil, indicando as competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade.

A proposta de criação de uma base comum curricular não é recente. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, já se indicava, no artigo 210, a necessidade de se estabelecer “conteúdos mínimos para o Ensino Fundamental, de maneira que assegurasse a formação básica comum”. Tal aspecto foi retificado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e nos documentos oficiais subsequentes, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN)³⁴.

Como estratégia articulada ao cumprimento de algumas metas, do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído em 2014, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) começou a ser construída em 2015, com a finalidade de estabelecer os conteúdos fundamentais a serem aprendidos por crianças e jovens durante a educação básica.

A Base Nacional Comum Curricular na sua construção, recebeu novas sugestões para a sua elaboração e construção com a participação de todo o país, onde em suas regiões por audiências públicas, contribuíram para a sua formação e aprimoramento. Aprovada no mês de dezembro de 2017 passou a ser um

³⁴ Por dentro da BNCC - 4ª versão, p 2, 2018

documento de referência para a educação brasileira, para referenciar os processos que envolvem o ensino, com seus currículos e propostas pedagógicas³⁵.

Enquanto todos os documentos legais brasileiro procuram estabelecer um sistema educativo que busque a equidade, a garantia de direitos, o respeito às especificidades regionais, a formação de cidadãos críticos e a construção de uma escola democrática, a Base Nacional Comum Curricular assume que esses direitos só se efetivam se os estudantes de fato puderem aprender um determinado corpo de conhecimentos, e isso só é possível se esses conhecimentos forem explicitados e aferidos por meio de instrumentos de avaliação.

Diante desse desafio da Implantação da BNCC, é importante observar que, segundo o autor, se faz necessário compreender que sua proposta vem para contribuir com os projetos pedagógicos, possibilitando serem mais diversificados garantindo, assim, o direito à aprendizagem das crianças, ao exercício da cidadania e à promoção de construção do conhecimento a partir das competências que ela apresenta.

Nesta mesma direção, o autor indica que é preciso garantir a promoção de uma educação voltada ao acolhimento, que reconheça o desenvolvimento dos estudantes, respeitando as diferenças, tendo ações que promovam o enfrentamento à discriminação e ao preconceito independente das questões socioeconômicas ou de gênero.

Para Perez³⁶:

A escola é o espaço que nos cabe para que todas as crianças e jovens aprendam a desenvolver suas posturas, e a primeira delas, essencial, é “aprender a aprender”, para que construam instrumentos que façam com que eles consigam e queiram aprender permanentemente.

Se essa é uma das finalidades da escola, a pergunta é: Será que estão sendo possibilitadas essas condições aos alunos? De que forma isso está acontecendo? Já não acontecia? Será que foi necessária a chegada de uma Nova Base Nacional Comum Curricular para garantir sua efetivação? Pensar a educação, seus fatores, elementos e referências é uma ação filosófica, que nos faz literalmente pensar como ela está acontecendo, de que forma vem sendo realizada a quem tem sido apresentada e a que público tem contemplado.

³⁵ Por dentro da BNCC - 4ª versão, p 15, 2018

³⁶ Perez, 2018, p.16

Quando falamos de educação, refletimos sobre humanização, atos e ações que nos humanizam, que nos aproximam de forma a integrar, a inserir, a garantir e a possibilitar que vivamos em condições de igualdade, equidade e direitos na educação. Precisamos acreditar na escola, pois ela é um espaço que possibilita uma educação socializadora, humanista, que vive a realidade, que conhece a sua comunidade que recebe o aluno nas suas mais diversas culturas e relações, para que neste espaço, a diversidade, o acolhimento, o respeito e o diálogo sejam vivenciados.

O ambiente escolar é compreendido como espaço social onde crianças e adolescentes fomentam suas primeiras amizades e inimizades, amores e repulsas, exercem lideranças e igualmente rejeitam-nas e, a despeito das inúmeras aprendizagens que possam ser colhidas de tais relações, as mais relevantes são aquelas intencionais.³⁷ (Gallo 2020, 94)

Tendo em vista o quanto esta escola, em seu ambiente coletivo, socializa, promove trocas e estimula a criatividade, é ainda mais intenso a necessidade de preservá-la, lutar por sua existência, para mantê-la ativa com seus ideais, presente com suas ações e formadora de gerações.

Uma escola que existe na sua essência, é uma escola ainda que desprezada, esquecida e desvalorizada, porém se mantém viva, ativa e convicta de que os desafios a fazem ainda mais acreditar que todo ato de afronta, descuido e rejeição, é devido a sua forte referência teórica, aos pilares que a sustenta e a persistência de ideias de luta que a mantém firme.

A escola é um espaço social de formação humana em todas as suas dimensões, indo muito além de conteúdos curriculares que podem ser transmitidos e aprendidos. A educação envolve aspectos culturais, simbólicos, estéticos, emocionais, morais, políticos e não só, mas também, econômicos.

Diante disso, entendemos que na escola a educação não se limita em seus muros, ela vai além, buscando sempre novos horizontes. Acreditamos que é preciso uma transformação efetiva na educação, mas algo que exige uma visão sistêmica que integre todos os níveis e atores do processo educativo. Assim, a aprendizagem que ocorre na escola, passa a ser provocada pelas pessoas que agem no seu funcionamento, ou seja, que estão envolvidos no sistema de ensino e conhecem o

³⁷ Gallo 2020, 162

seu contexto de diversidade.

Toda a reflexão que se faz sobre a escola, faz sentido, pois desperta o pensar crítico, necessário para mudar, intervir e ajustar situações que não estão de acordo com uma educação transformadora, que promova o debate democrático e possibilite a aprendizagem e desenvolvimento do estudante.

A Base Nacional Comum Curricular, com a sua aprovação no ano de 2017, passou a ser uma referência da educação no Brasil. Com a sua implantação, ela serviu de parâmetros para a construção de propostas educacionais tanto no que se refere às diretrizes do ensino, assim como na capacitação de professores, nos elementos de avaliação e na organização do processo de desenvolvimento do estudante de forma igualitária em território nacional³⁸.

A Base Nacional Comum Curricular é um documento contemporâneo, que prevê um conjunto de aprendizagens essenciais que todas as crianças têm direito. Ele é normativo e define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica.

Com a chegada da BNCC, ampliaram-se as condições de promover uma educação de qualidade com equidade contribuindo para impulsionar na melhoria da educação para todos e favorecer que cada estudante saia da escola apto a concretizar seu projeto de vida (na faculdade, no trabalho) e 2. Formar os cidadãos que contribuirão ativamente para o desenvolvimento da sociedade³⁹.

Nesses termos, a BNCC, passou a estabelecer competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos. Define-se competência, como sendo a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), e habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”. Nesse contexto, a BNCC apresenta dez competências

³⁸ Por dentro da BNCC – Base Nacional Comum Curricular- Material de Referência Pedagógica. Educação Infantil e Ensino Fundamental – Editora Moderna 4ª versão. p.09

³⁹ <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico/> - Acesso em: 20.09.2022

gerais a serem desenvolvidas na escola pelos estudantes, possibilitando a garantia do direito à aprendizagem.

3.1.1 Nona Competência Geral Da BNCC

A competência nove conforme a BNCC trata da capacidade dos estudantes de exercitarem a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, com objetivo de possibilitar uma relação com o outro de maneira a contemplar ações de acolhimento com respeito a diversidade, sem preconceito de qualquer natureza.

Percebe-se que a competência nove, visa estimular com seus princípios a formação de seres humanos que possam estar comprometidos com a resolução de conflitos, buscando garantir um ambiente voltado para a cooperação, no contexto escolar. Como finalidade, esses princípios terão que estar presente dialogando com as áreas do conhecimento, sobretudo desenvolvidos nas práticas pedagógicas da escola.

Essa competência leva os alunos a refletirem muito sobre diversas questões relacionadas à vida, aos direitos humanos, às desigualdades sociais, respeito a diversidade, a cultura da paz e a comunicação não violenta. São todos assuntos de grande importância para que os estudantes possam pensar tais questões, construindo o seu conhecimento de forma a despertar a intervenção no mundo.

Conforme Paulo Freire⁴⁰, “a educação é uma forma de intervenção no mundo.”

Quando falo em educação como intervenção me refiro tanto à que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde, quanto à que, pelo contrário, reaccionariamente pretende imobilizar a história e manter a ordem injusta.

Nesse sentido e diante dos princípios apresentados, o estudante percebe-se como parte no processo educacional, da promoção da vida, do cuidado mútuo, da cooperação integral, da unidade de grupo e na transformação social. Conforme Freire, a educação deve dar este suporte ao estudante para que possa desenvolver a capacidade de compreender a opinião do outro, de se colocar no lugar do outro,

⁴⁰ Paulo Freire, 2018, p. 96 – p. 106 -107

pensando de forma a contribuir para um ambiente onde cada um possa ter seu espaço respeitado, não só na escola, como no mundo.

Levando em consideração que as competências são mobilizações de vários recursos para resolver uma situação problema, a nona competência está diretamente relacionada com as questões socioemocionais. Analisando-a, percebemos que se divide em três elementos importantes: eu, ou outro e o nós. Nessa direção, procura apresentar ao estudante o cuidado consigo mesmo, para que ele olhe primeiramente para si, suas ações e o modo de agir em relação ao mundo. Feito isso, ela possibilita que o estudante olhe para o para o outro com ações de empatia e, por fim, ele olhe para o grande grupo, onde todos terão seu lugar, de forma respeitosa, com um acolhimento que os integre, na sua originalidade com respeito e sem preconceito.

No entanto, e como já apresentado anteriormente, a nona competência geral, é instrumento que foi analisado nesta dissertação de mestrado e que será apresentado na sua íntegra.

Conforme a BNCC⁴¹, a nona competência geral refere que:

Exercitar a **empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação**, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito aos ao outro a aos direitos humanos com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidade, sem preconceitos de qualquer natureza. Ao invés de eu tomar a nona competência de forma integral, pequei a fragmentação entre elas para trabalhar como os princípios: Empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação.

Por ser essa competência objeto de análise do pesquisador, serão apresentados na sequência os conceitos dos princípios: empatia, diálogo, resolução de conflito e cooperação. Diante desta competência, foi preciso buscar outros referenciais teóricos para ampliar a pesquisa, a fim de promover maior embasamento científico. Destaco ainda que a escolha dos quatros princípios se derem devido ele fazerem relações com os valores trabalhados nos círculos de construção de paz.

⁴¹ BNCC – a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica / organização Tereza Perez. – São Paulo: Editora Moderna, 2018

3.1.1.1 Empatia

Muitas vezes já escutamos pessoas utilizarem a definição de empatia como sendo aquela onde “eu me coloco no lugar do outro”, uma definição que merece ser refletida, seria possível, tal afirmação? Neste caso, o conceito mais apropriado, não seria o de olhar para a situação do outro, compreendendo-a, como se eu fosse estivesse no lugar daquele pessoa, buscando com atenção entender suas particularidades e necessidades?

Neste sentido, Tereza Perez⁴², ela vai dizer que “empatia é a capacidade de se colocar no lugar do outro e buscar compreender razões, sentimento e emoções para estabelecer uma relação de cooperação e compreensão pela maneira que o outro age e toma decisões.” Quando eu tenho empatia, eu consigo olhar uma situação como se fosse o outro, e passo a respeitá-lo, valorizando a diversidade conforme descreve a nona competência. compreendendo em suas particularidades tanto em questões emocionais como atitudinais.

A empatia é um princípio que precisa ser trabalhado no ensino fundamental, conforme a BNCC essa habilidade pode ser aprendida até a conclusão desta etapa de ensino, os estudantes precisarão ter desenvolvido ações de empatia, compreendendo seu significado, demonstrando interações que acontecem no ambiente escolar. Ações que indicam o cuidado com o outro também importam.

Neste sentido, **TELMA VINHA**⁴³, professora de Psicologia na **Educacional da Unicamp**, diz que:

A empatia - habilidade para perceber o estado emocional do outro - está na essência das boas relações interpessoais. Para que ela exista, é preciso entender a perspectiva alheia e reconhecê-la como válida, sem julgamentos. Para que isso aconteça, o indivíduo se conecta com algo em si próprio que identifica o sentimento que o outro pode estar passando. É essa habilidade que ajuda crianças e jovens a evitarem agressões, porque só quem teme sentir a mesma dor pode se colocar no lugar da outra pessoa.

A empatia está muito relacionada a relações interpessoais e na escola o um ambiente apropriado para desenvolvê-la, pelo fato de ser um local favorável para

⁴² Tereza Perez, 2018, p. 12

⁴³ TELMA VINHA, *Coautoria de MARIA NATIVIDAD ALONSO ELVIRA, professora da Universidade de Valladolid, na Espanha. Ao dar entrevista para a Revista Nova Escola. <https://novaescola.org.br/conteudo/8984/como-se-colocar-no-lugar-do-outro-de-verdade>* Entrevista 12/08/2017. Acesso 18/07/2023

praticar o respeito às diferenças e para enxergar as situações pela perspectiva do outro. Seguindo nesta mesma direção, a empatia vai se aproximar do diálogo a partir da comunicação entre os estudantes, da convivência em grupo e dos momentos de partilha com as turmas.

Compreender as situações a partir do ponto de vista do outro, está relacionado a habilidade da empatia. Esse exercício merece muita reflexão, pois a empatia passa por etapas e considerando ideias e sentimentos dos outros nas suas atitudes e decisões. devem conseguir reconhecer, valorizar e participar de grupos, redes e ambientes culturalmente diversos. Os estudantes necessitam saber interagir e aprender com outras culturas e combater o preconceito.

3.1.1.2 Diálogo

O diálogo é um dos princípios que deve ser exercitado na educação conforme a nona competência geral. Ele por ser uma habilidade socioemocional tem grande importância no processo de ensino e aprendizagem pelo fato de promover reflexões, autonomia de pensamento, liberdade para a criticidade, e a capacidade de promover a empatia.

A promoção do diálogo contribui para o desempenho dos estudantes, o fortalecimento de vínculos, a valorização das diferenças, assim como o exercício da comunicação não violenta na resolução de conflitos. Esta habilidade ela se desenvolve na medida em que que é possibilitado a partir das relações construídas. O diálogo é um ação que promove a convivência, a compreensão a entre os mais diversos grupos sociais, neste caso, aluno com aluno, aluno com professores, professor com aluno, professora com pais.

Para Paulo Freire⁴⁴, o diálogo é:

O encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu. Sendo ele uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos, endereçados ao mundo, a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro nem tão pouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes.

O autor vem dizer que é possível através do diálogo olharmos para o mundo,

⁴⁴ Paulo Freire, pedagogia do oprimido, 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987 p. 79

compreendendo o quanto somos importantes no local onde atuamos e contribuimos para o processo de construção e transformação de nossa sociedade com a nossa participação. Neste caso, Paulo Freire nos desafia a irmos além do diálogo que tem com função a troca de ideia, alcançarmos o nível de diálogo que promova uma conversa libertadora, carregada de virtudes, sentimentos, emoções.

Exercitar o diálogo nada mais é do que impulsionar os alunos a um pensar crítico diante dos assuntos que são apresentados em nosso tempo. O Interessante é que esse exercício, ele permite que o estudante, dialogue consigo mesmo, com suas intuições, com seus pensamentos, e atitudes. Antes de dialogar com o mundo, é preciso que o diálogo aconteça primeiramente comigo. Para que no diálogo não se caracterize como um discurso vazio.

Esta proposta de diálogo apresentado pela BNCC é uma proposta onde o diálogo tem a função de proporcionar um bom ambiente nas relações interpessoais, ou seja, para que todos os alunos presente em uma situação de conflito e ou conversa temática, ocorra respeito e não discriminação. Nesta direção ninguém, está tentando ganhar de ninguém, todos ganham juntos, pela forma de acolher a todos e respeito a diversidade.

3.1.1.3 Resolução De Conflito

A nona competência, diz que é preciso exercitar a resolução de conflitos no ambiente escolar. Sabemos que o conflito está e sempre estará presente em nossa vida, nas relações interpessoais, em grupos sociais. Neste caso, é importante que tenhamos uma postura humanizadora na hora de resolver um conflito gerado, tendo a sensibilidade de perceber quais foram as causas que geraram, e com isso, buscar de forma eficaz, sua resolução.

Para Thomas Gordon⁴⁵, doutor em psicologia, a resolução de conflito mais assertiva é aquela em que é:

... não há perdedores, considera-se que as necessidades de ambas as pessoas, tenham a mesma importância cada pessoa está preocupada com as necessidades da outra. Há neste processo o respeito mútuo, e a preocupação com as necessidades de ambas as partes. Todos saem com

⁴⁵ P. 112 – *ibid.* Cappellari, Jeferson. ABC do Girafês: Aprendendo a ser um comunicador emocional eficaz/Jeferson Cappellari – Curitiba: Multideia

as suas necessidades atendidas ao invés de ser uma vitória de um sobre o outro.

Percebe-se que o autor, destaca o quanto é importante que a resolução de conflito, tenha clareza de que o quanto é importante à compreensão de trabalho conjunto, cooperativo com unidade nas ações de todos os envolvidos no processo conflitivo.

A resolução de conflitos é um processo importante para lidar com diferenças e divergências entre indivíduos ou grupos. Para isso, é importante ter algumas estratégias que possam ajudar na resolução de conflitos, como a comunicação efetiva pelo fato dela promover um diálogo aberto e honesto entre as partes envolvidas no conflito, escutando atentamente cada perspectiva, se esforçando para entender as preocupações e os sentimentos de todos os envolvidos.

Outra estratégia é a empatia, para trabalhar na perspectiva de buscar entender as motivações e necessidades dos envolvidos. Isso pode ajudar a criar um ambiente de compreensão mútua e a encontrar soluções mais satisfatórias para ambas as partes. Neste sentido, trabalha-se para identificar os interesses e objetivos que são compartilhados pelas partes envolvidas no conflito, para buscar então, soluções que atendam às necessidades de todos.

Ainda em relação à resolução de conflitos, é importante a negociação, para: Buscar compromisso através de discussões e negociações construtivas. Procurando soluções que permitam que todas as partes ganhem algo e que possam ser aceitas por todos, concentre-se em encontrar soluções práticas e realistas para o conflito. Evitando fixar-se no passado ou em quem está certo ou errado, e concentrar-se em como avançar rumo a uma conclusão positiva.

E por fim, o comprometimento, encorajando todas as partes envolvidas a se comprometerem com a solução encontrada. É importante que todos estejam dispostos a cumprir sua parte, a fim de evitar que o conflito ressurgir no futuro. Vale lembrar que cada situação de conflito é única, por isso é importante adaptar essas estratégias às circunstâncias específicas. Nem sempre é possível resolver todos os conflitos de maneira plena, mas buscar meios construtivos de lidar com eles pode levar a resultados mais satisfatórios para todas as partes envolvidas.

3.1.1.4 *Cooperação*

Sobre a cooperação, busca-se desenvolver e despertar nos alunos o trabalho de interação. Toda ação de cooperação vai colaborar para a realização de ações colaborativas, onde tal prática permite enxergar a necessidade do colega. A cooperação na educação é essencial para promover uma experiência de aprendizagem mais completa e enriquecedora para os estudantes. Quando há cooperação entre escolas, professores, alunos e até mesmo com a comunidade, há um ambiente propício para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes.

Para que esta cooperação seja promovida na área da educação, é preciso que as escolas colaborem entre si por meio de parcerias, compartilhamento de recursos e troca de experiências pedagógicas. Isso pode incluir atividades conjuntas, como projetos interdisciplinares ou intercâmbios estudantis. Também a cooperação entre professores, podendo trabalhar em equipes, compartilhando ideias, materiais e metodologias de ensino. Isso pode envolver o planejamento de aulas em conjunto, troca de informações sobre melhores práticas e apoio mútuo para enfrentar desafios na sala de aula.

Sobre a cooperação, outro aspecto importante é a participação dos alunos, estimulando-os a participarem no processo educacional. Isso pode ser feito por meio de atividades em grupo, debates, projetos em equipe e discussões que permitam aos estudantes colaborar, compartilhar conhecimento e aprender uns com os outros. Esta mesma participação pode se estender para a comunidade, Envolvimento da comunidade, podendo fornecer oportunidades de aprendizado contextualizado, onde os alunos podem aplicar os conhecimentos acadêmicos em situações reais. Isso pode ser feito por meio de parcerias com empresas locais, organizações sem fins lucrativos ou instituições culturais, possibilitando a realização de projetos com impacto social.

E por fim, o uso de tecnologia, onde devido a sua amplitude, ela pode desempenhar um papel importante na promoção da cooperação na educação, tendo ferramentas como fóruns online, plataformas de aprendizagem colaborativa e aplicativos de comunicação podem facilitar a interação e a colaboração entre estudantes, professores e escolas. Ao promover a cooperação na educação, ajudamos a desenvolver habilidades sociais, como trabalho em equipe, respeito à diversidade de opiniões, empatia e colaboração. Além disso, a cooperação pode

enriquecer o processo de aprendizagem, proporcionando perspectivas múltiplas e estimulando a criatividade e o pensamento crítico dos estudantes.

3.2 DOCUMENTO ORIENTADOR DO CURRÍCULO PARA O TERRITÓRIO DE MONTENEGRO

O Documento Orientador do Currículo para o Território de Montenegro - DOCTM se constitui num documento cuja finalidade é orientar as equipes de gestão e os professores das escolas pertencentes a Rede Municipal de Ensino acerca da revitalização curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.

Este documento se reveste de uma importância histórica, pois se constitui num dos marcos que retrata e traduz o ideário educativo de um coletivo de profissionais da educação que possuem sonhos, concepções, saberes, práticas e trajetórias alicerçadas na convicção e no compromisso com a educação.

O referido documento, apresenta em sua estrutura, a contextualização do município de Montenegro; a missão, visão, princípios e organização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) e sua estrutura organizacional; os fundamentos sócios antropológicos, filosóficos, psicológicos, pedagógicos e administrativos que embasam tal Proposta; a estrutura e o funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; e os programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Rede.

Nesta pesquisa, o DOCTM é um documento que o pesquisador analisa a fim de verificar se ele contempla em sua proposta de trabalho na rede municipal de ensino os princípios da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação. Para tanto, na sequência, serão apresentadas as ocorrências identificadas para cada um dos princípios anteriormente destacados para análise.

(continua)

Tabela 03 Relação dos princípios localizados no DOCTM		
Princípios	Número de menções	Tópico em que aparece
		Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. p 22

Empatia	5	<p>Campo de referências: eu, o outro e nós: Berçário I. p 41</p> <p>Campo de referências: eu, o outro e nós: Berçário II. p 44</p> <p>Competências do Ensino Fundamental: Componente Curricular de História p. 233</p> <p>Unidade Temática: Modernização, Ditadura, cívico-militar – a história recente. p 259</p>
Diálogo	13	<p>Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. p 22</p> <p>Princípios das Cidades Educadoras Princípio I: O direito a uma cidade educadora. p 31</p> <p>Conhecer e aprender <i>sobre, com e no</i> Território/Cidade. p 34</p> <p>Citação indireta. E no corpo do texto. p 35</p> <p>Citação direta. p 37</p> <p>Campo de experiências: Espaços, tempos, Quantidades, Relações e Transformações. Educação infantil. p 62</p> <p>Competências a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental: Área Linguagens. p66</p> <p>Prática de linguagem eixo: Análise Linguística /semiótica: p 96</p> <p>Unidade temática teatro. p 156</p> <p>Unidade temática Arte Visual. p 159</p> <p>Competências a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental: componente curricular História. p 233</p>
Resolução de Conflitos	3	<p>Competências a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental: Área Linguagens. p 66</p> <p>Competências a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental: componente curricular História. p 233</p> <p>Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. p 22</p>
Cooperação	10	<p>Competências gerais da Base Nacional Comum Curricular. p 22</p> <p>Quadro 3: Princípios das Cidades Educadoras Princípio I: O direito a uma cidade educadora. p 31</p> <p>Maternal I Campo de Experiências: eu, o outro e nós. p 46</p> <p>Maternal II Campo de Experiências: eu, o outro e nós. p 50</p> <p>Jardim I Campo de Experiências: eu, o outro e nós. p 53</p> <p>Jardim II Campo de Experiências: eu, o outro e nós. p 57</p> <p>Competências a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental: Área Linguagens. p 66</p> <p>Competências a serem desenvolvidas no Ensino Fundamental: componente curricular História. p 233</p> <p>Unidade Temática: Conexões e escalas. p 277</p> <p>Unidade Temática: Natureza, Ambiente e Qualidade de vida. p 278</p>

Diante da busca realizada, percebeu-se que o documento, apresenta os princípios que devem ser trabalhados tanto na educação infantil como no ensino fundamental.

O DOCTM traz o princípio **empatia** a ser trabalhado desde o berçário onde ele dá ênfase na interação da criança com a sua mesma faixa etária e adulta, passando a comunicar necessidade, desejos e emoções por gestos, balbucios e palavras, adaptando-se ao convívio social, promovendo a socialização entre pares e adulto-criança, trabalhando a empatia e reciprocidade.

A cidade educadora deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo; encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas com procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes; exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação⁴⁶.

3.3 PROJETO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL LENA ROZI DA ROCHA PITHAN

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento essencial e estratégico para o funcionamento de uma escola. Ele representa a identidade da instituição, estabelece seus princípios, valores, objetivos e metas educacionais. É de grande importância um PPP na instituição escolar, pelo fato dele possibilitar direcionamento e foco, servindo de guia para a equipe pedagógica, professores, alunos e pais no processo educativo.

A escola Lena Rozi da Rocha Pithan tem como abordagem metodológica a aprendizagem qualitativa e quantitativa, onde se observa o aluno de forma holística, analisando o contexto, suas vivências, participações e desenvolvimento cognitivo. A escola adotou como principal linha pedagógica o socio interacionismo, tendo como autores Wallon, Vigotsky, Piaget, Freire, por entender que estas teorias subsidiam às necessidades socioeducacionais dos alunos.

Desta forma a escola tem trabalhado para oferecer condições para que o estudante se desenvolva possibilitando sua autonomia, ensinando que o ser humano possui em si uma força de autorrealização, que conduz o indivíduo ao desenvolvimento de uma personalidade criativa e saudável. Esta instituição tem construído como identidade da escola os círculos de paz, onde o aluno se torna

⁴⁶ Documento Orientador do Currículo para o Território de Montenegro - DOCTM – 2019, p 31

mais sensível e é capaz de se desenvolver como um todo. Para isso, buscaram um pouco da linha de Waldorf, a qual o objetivo é trabalhar o aluno, também de maneira holística, ou seja, considerando-o como um todo, o seu corpo, sua alma e seu espírito.

Neste sentido, a escola procura desenvolver as qualidades necessárias para que os alunos saibam lidar com as constantes e velozes mudanças que se apresentam no mundo com criatividade, flexibilidade, responsabilidade e capacidade de questionamento.

Desta forma, ressalta-se a necessidade e estratégia de uma relação educador-educando fundamentada no afeto, respeito e diálogo; Um ensino que incorpore a dimensão dos valores éticos e humanos; processos decisórios democráticos, com a efetiva participação dos alunos e de seus pais nos destinos da comunidade escolar.

Como o PPP é objeto de pesquisa, ele foi analisado para ver se existia a presença dos princípios: empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação. Neste sentido, apresento abaixo, a tabela número quatro com a descrição da busca realizada.

(continua)

Tabela 04 Relação dos princípios localizados no PPP		
Princípios	Número de menções	Tópico em que aparece
Empatia	01	Apresentação das dez competências gerais da BNCC p. 49.
Diálogo	11	Valor desenvolvido pela equipe diretiva, na sua metodologia de trabalho. p 23 Como principal responsabilidade do diretor de escola pública p 25 Como proposta de trabalho na supervisão escolar. p 27 Diálogo como potencializador da aprendizagem dos alunos. p 36 Como conceito importante sobre o trabalho de Wallon. p 40 Área das linguagens. p 49 Como estratégia da cultura da paz. p 54

		Princípios de boa convivência p. 64 Como forma de resolver conflitos. P 66 Instrumento de aproximação da família com a escola. P. 73
Resolução de Conflitos	01	Área das linguagens. p 49
Cooperação	5	Como citação de Piaget p 08 Como valor a ser vivenciado na equipe de trabalho administrativo. p 28 Apresentação das dez competências gerais da BNCC p 49 Área das linguagens. p 49 Princípios de boa convivência p 64

Após analisar o documento do PPP, percebeu-se que, o princípio diálogo, se destaca marcando mais presença com 11 menções, que se relacionam com a princípio a ser trabalho tanto no âmbito administrativo, como pedagógico. Ele se destaca como um elemento essencial para a Cultura da Paz, e potencializador para a aprendizagem dos alunos. Na sequência aparece o princípio cooperação com 5 menções, e a empatia e resolução de conflitos com apenas uma menção.

Neste sentido e diante da análise realizada, percebeu-se que o documento, apresenta os princípios e que a EMEF Lena Pithan, prioriza a discussão e reflexão coletiva com sua equipe de trabalho e proposta pedagógica com os alunos. O documento PPP dá ênfase nos valores como Respeito à diversidade, onde inclui estratégias para lidar com a diversidade de alunos, considerando suas características individuais, necessidades especiais, origens culturais e socioeconômicas. Isso contribui para uma educação mais inclusiva e igualitária.

Vale destacar também a promoção da autonomia e participação, onde a escola tem mostrado no documento que existe a oportunidade de exercer sua autonomia e tomar decisões sobre o currículo, metodologias de ensino, avaliação e gestão. Além disso, envolver a participação ativa de todos os membros da comunidade escolar, incluindo professores, funcionários, alunos, pais e responsáveis.

Por fim, concluo que o Projeto Político-Pedagógico além de ser um instrumento de planejamento, gestão e organização que norteia o trabalho educativo da escola, ele é essencial para garantir uma educação de qualidade, que esteja alinhada aos princípios da instituição ao princípios da nono competência geral da BNCC, assim como às necessidades da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento integral dos alunos e para a formação de cidadãos críticos, participativos e preparados para enfrentar os desafios da sociedade.

4. OS PRINCÍPIOS DA NONA COMPETÊNCIA GERAL DA BNCC NA ESCOLA

4.1 NO CAMINHO DA ESPERANÇA

Como os documentos PP e o PPJ pertencem a Escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan, e eles foram objetos de pesquisa nesta dissertação, entendeu-se a importância de apresentar um breve histórico sobre esta instituição de ensino.

A escola passou a ser pensada no início no ano de 1987, nas aulas do Curso de Magistério da Escola São José, onde uma parte das alunas que cursavam o antigo Curso Normal, juntamente com seus professores, e incentivadas pelas irmãs da Congregação São José de Chambéry, deram início a um trabalho de pré-estágio com as crianças da antiga Vila Esperança, hoje Bairro Senai, na cidade de Montenegro/RS.

Naquele ano, o trabalho foi desenvolvido através de atividades planejadas pelas alunas estagiárias durante suas aulas de didática, sendo estas supervisionadas pelos professores. Na comunidade da antiga Vila Esperança, mais especificamente na casa da caixa d'água e nas ruas da localidade, era onde ocorria a parte prática do estágio. As crianças eram divididas em pequenos grupos que participavam das atividades pedagógicas, as quais envolviam atividades recreativas, artísticas e de reforço escolar. Ao final, servia-se um lanche aos alunos.

No decorrer desse trabalho, constatou-se que um grande número de crianças não frequentavam a escola regular (na época Escola Municipal de Ensino Fundamental Cinco de Maio e Escola Municipal de Ensino Fundamental José Pedro Steigleder). Devido a isso houve a mobilização da comunidade em reivindicar a construção de uma escola na própria Vila Esperança onde, devido à sensibilização e conscientização do Poder Público, no dia 31 de agosto do ano de 1989, foi criada a Escola Municipal da Esperança, com turmas de ensino regular (1ª a 4ª série).

Em 1994, com a inauguração do Colégio Estadual Ivo Bühler – CIEP, os alunos da Escola Municipal Esperança foram transferidos para a rede estadual de ensino, o que resultou na mudança de atendimento, passando esta a assumir a tipologia de Escola Aberta. Logo, a escola passou a trabalhar por “FASES DO CONHECIMENTO”, tendo por objetivo formar sujeitos capazes de buscar e se

apropriar dos conhecimentos, respeitando a suas fases evolutivas, peculiaridades de desenvolvimento intelectual, assim como o seu ritmo, tempo e vivência.

Nesse regime, o aluno era colocado em um grupo chamado fase, adequado ao seu estágio de desenvolvimento e suas possibilidades de crescimento. Assim, a Fase I correspondia à “Alfabetização”, Fase II correspondia à “Consolidação da Alfabetização”, e Fase III, à “Sistematização da Alfabetização”. Esse atendimento era oferecido em horário integral, com oficinas no contraturno escolar.

Em 1995, com o apoio de diversas parcerias, inicia-se o “Projeto de Férias”, o qual se estende até o ano de 2012. A partir do segundo semestre de 2009, a educação infantil passou a integrar o currículo da escola, iniciando com uma turma de pré-escola e abrindo novas turmas nos anos seguintes. No ano de 2011 extinguem-se totalmente o ensino através das Fases do Conhecimento e a escola passa a atender exclusivamente a Educação Infantil e o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Já em 2016, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura propôs a divisão das etapas de ensino na escola Esperança e, para isso, foi necessário proceder à alteração da nomenclatura da instituição de ensino. Logo, a escola do Bairro Senai passou a ser chamada de Escola Municipal de Educação Infantil Esperança, abrigando somente a Educação Infantil. Já o prédio novo, construído no Bairro Senai, loteamento San German, recebeu o nome de Escola Municipal de Ensino Fundamental Esperança, tendo iniciado suas atividades no ano de 2017, com o atendimento a um total de 79 alunos distribuídos do 1º ao 4º ano. Em 2018 a escola passou a ter, além dos anos iniciais, a implantação gradativa dos anos finais do Ensino Fundamental, atendendo agora, alunos do 1º ao 6º ano.

Neste mesmo ano, através de um pedido da própria comunidade escolar, foi proposta a mudança do nome da escola, a fim de recharacterizar e adquirir uma identidade própria para o educandário. Sendo assim, após uma consulta à comunidade escolar e com o aval da administração municipal, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Esperança, através da Lei Municipal nº 6.500, de 30 de julho de 2018, passa a denominar-se Escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan.

No início de ano de 2022, a Secretaria Municipal de Educação de Montenegro, representada pela senhora secretária Cíglia da Silveira, entrou em contato com a Diretora da Escola, senhora Daniele de Vasconcelos Ozório, para

informar do novo projeto que o Município estava aderindo junto as escola, sendo ele, a implantação do programa de Escola Cívico Militar do Rio Grande do Sul.

Em vista disso, e pela seriedade do programa e os impactos que surgiram na escola, a direção do colégio, convocou uma reunião com os membros do Círculo de Pais e Mestres e os membros do Conselho Escolar, para apresentar a situação e promover um debate reflexivo sobre a proposta apresentada para a EMEF Lena Pithan.

No primeiro momento, a proposta foi aceita pelos membros da CPM e Conselho Escolar, mas, conforme regimento do programa, no dia 22 de fevereiro de ano de 2022, fora realizado uma Assembleia Geral com toda a comunidade escolar, para apresentação do programa da escola Cívico Militar, e aprovação.

Mediante o exposto em assembleia, a implantação do programa da escola Cívico Militar foi aprovado com 87 % de voto a favor. A comunidade escolar, celebrou a conquista e pontuou com uma boa iniciativa para a qualidade da educação, proposta de ensino e garantia de proteção para os alunos e professores.

Atualmente a escola possui 253 alunos atendendo da Pré-escola ao 9º ano. Desenvolve os projetos: Musicalização (Banda Marcial), Educação Ambiental, Círculos de paz, ações de solidárias, Educação de trânsito, Cultura Afro-brasileira, cultura indígena, enfrentamento a violência infanto-juvenil, Sup para todos e Beach Tennis.

4.2 PROJETO PROTAGONISMO JUVENIL

O *Projeto Protagonismo Juvenil* surgiu a partir de uma observação junto às turmas dos nonos anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan, município de Montenegro, local onde o pesquisador trabalhava, onde em conversa com os alunos sobre as expectativas de ingresso no Ensino Médio no ano de 2022, fora possível perceber que alguns alunos apresentavam o desejo de não continuarem os estudos.

O fato que os levaria a não seguir os estudos, seria por conta da situação financeira da família, muitos relataram que não estava muito boa e que por esse motivo, desejavam iniciar no mercado de trabalho para adquirir seus objetos de pertence, como roupas, celulares entre outros, contribuindo assim, nas finanças da casa.

Com base nesta situação, buscou-se com este projeto, desenvolver atividades que contribuíssem para o incentivo aos estudos, fortalecendo assim, a identidade estudantil e a compreensão da sua importância no contexto atual. Foi onde passamos a desenvolver com os alunos do 9º ano A e 9º ano B, atividades de reflexão e interação sobre o protagonismo juvenil na educação, através das práticas de círculos de paz.

O projeto passou a ser uma iniciativa da direção da escola, onde o executor foi o próprio pesquisador, por ter a formação no curso teórico prático em Justiça Restaurativa e desenvolver a função de vice-diretor da escola. Para isso, elencamos três objetivos: Promover a interação com os alunos a partir dos temas de valorização da vida, Compreender a importância da educação na vida e seus aspectos positivos para a promoção de conquistas futuras (Ensino Médio) e Fortalecer o “acreditar” na transformação de vida, a partir da participação nos estudos.

O projeto em desenvolvimento aconteceu de forma presencial e atendeu 40 alunos. Ele iniciou no mês de agosto e terminou no mês de dezembro do ano de 2021. Os encontros aconteceram nas quintas-feiras durante o período da disciplina de Ensino Religioso e de outras áreas do conhecimento dentro de um tempo de 50 minutos. Os temas abordados estavam relacionados com a valorização da vida, onde, com a metodologia dos círculos de paz, refletiram sobre a identidade estudantil, vida escolar, inclusão no mercado de trabalho e relação familiar.

Como referenciais teóricos para fundamentar a proposta utilizamos a BNCC a sua sexta competência geral, onde diz, que é preciso:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

Nesta competência o trabalho é realizado afim de possibilitar que os alunos venham compreender a capacidade de gerir a própria vida, refletindo sobre seus desejos e objetivos, aprendendo a se organizar, estabelecendo metas, planejando e prosseguindo com determinação, esforço, autoconfiança e persistência nos seus projetos presentes e futuros.

Conforme Edgar Mori⁴⁷, “Todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer a espécie humana”.

Este pertencimento do aluno na educação, pode ser desenvolvido através de estratégias que promovam a cultura inclusiva e um ambiente acolhedor que contribua para a promoção do respeito às diferenças e crie oportunidade para que os eles sejam encorajados terem uma participação ativa na escola. Esse desenvolvimento estabelece conexões pessoais que podem ajudar os alunos a se sentirem mais conectados no contexto educacional.

E para concluir, Kay Pranis⁴⁸, acrescenta dizendo que:

A prática dos círculos é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis e dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças.

Esta prática alimentada pela teoria contribui para o movimento que qualifica a ideal construção do conhecimento dos estudantes. Neste sentido, diante das referências apresentadas, foi possível levar os alunos a compreensão da importância dos estudos em suas vidas, mundo do trabalho e seus impactos na sociedade, bem como das novas tendências da diversidade.

Buscamos também parcerias com departamentos do município para contribuir na realização do projeto, mediante um cronograma de atividades que foram realizadas até o dia da cerimônia de formatura. Paralelo ao seu desenvolvimento, aconteceram as avaliações do projeto, juntamente com a professora de Ensino Religioso e equipe diretiva.

Na sequência, segue a apresentação em tópicos do Projeto Protagonismo Juvenil anteriormente mencionado, cujo propósito será apresentar o projeto escrito, assim como servirá de objeto de análise da pesquisa.

4.3 APRESENTAÇÃO DO PROJETO PROTAGONISMO JUVENIL

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:

Nome: César Machado do Amaral

⁴⁷ Edgar Morin, 2000, P55

⁴⁸ Pranis, 2010, p. 63

Profissão: Professor

Formação: Bacharel em Teologia – Professor de Ensino Religioso, Magistério - Séries iniciais do Ensino Fundamental, Integrante da Justiça Restaurativa, Mestrando em educação – UCS

Contato: cmamaral2@ucs.br, Facebook: César Amaral, Instagram: @cesaramaral, Telefone: (51) 9 9168-4295

APRESENTAÇÃO

A escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan, desde o ano de 2018, passou a receber alunos das séries finais do Ensino fundamental com o intuito de atender a grande demanda de falta de vagas no zoneamento no entorno da escola.

Como em um período de vinte e oito anos de existência da escola, não se vislumbrava tal mudança na oferta de vagas, aos alunos dos anos final do ensino fundamental, a direção da escola juntamente com a equipe de professores, servidores e Círculo de Pais e Mestres, aceitaram o desafio de acolher esta nova modalidade de ensino.

Unidos neste novo projeto, que já existe a quatro anos, a escola se prepara para celebrar o primeiro ato de conclusão de curso, um verdadeiro momento simbólico tanto para os alunos, assim como, para as famílias professores e CPM.

Esta caminhada tem sido, e vem sendo, de construção coletiva, entre os atores da educação, visando sempre o protagonismo juvenil, o crescimento intelectual, a garantia do acesso, a permanência e a continuidade nos estudos, neste caso, o ingresso no Ensino Médio.

JUSTIFICATIVA:

O projeto a ser desenvolvido, partiu de uma observação junto as turmas dos nonos anos neste educandário, onde em conversa com os alunos sobre as expectativas de ingresso no Ensino Médio no ano de 2022, fora possível perceber que alguns alunos apresentaram o desejo de não continuarem os estudos.

Segundo os relatos de alguns alunos, a questão maior é de que a situação financeira familiar não está muito boa e que por esse motivo, desejam iniciar no

mercado de trabalho para adquirir seus objetos de pertence, como roupas, celulares entre outros, contribuindo assim, nas finanças da casa.

Com base nesta situação, pretende-se com este projeto, desenvolver atividades que contribuem para o incentivo aos estudos, fortalecendo assim, a identidade estudantil e a compreensão da sua importância no contexto atual.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver com os alunos do 9º ano A e 9º ano B, atividades de reflexão e interação sobre o protagonismo juvenil na educação, através das práticas de círculos de paz.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover a interação com os alunos a partir dos temas de valorização da vida.

Compreender a importância da educação na vida e seus aspectos positivos para a promoção de conquistas futuras (Ensino Médio)

Fortalecer o “acreditar” na transformação de vida, a partir da participação nos estudos.

PÚBLICO ALVO

Alunos das turmas dos nonos anos da Escola Municipal de Ensino Fundamental, Lena Rozi da Rocha Pithan.

METODOLOGIA

O projeto será desenvolvido na escola com os alunos que estão frequentando as aulas presenciais, sendo um total de aproximadamente 25 alunos.

Ele iniciará no mês de agosto e terminará no mês de dezembro do ano de 2021. Os encontros acontecerão nas quintas-feiras durante o período da disciplina de Ensino Religioso e de outras áreas do conhecimento dentro de um tempo de 50 minutos.

Os temas a serem abordados estarão relacionados a valorização da vida, onde, com a metodologia dos círculos de paz, refletirão sobre identidade estudantil, vida escolar, inclusão no mercado de trabalho e relação familiar.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para que o projeto tenha referenciais teóricos que fundamentam a proposta apresentada, encontramos na BNCC a competência de número seis onde diz, que é preciso “*Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao*

exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”.

Nesta competência é possível levar os alunos a compreender a capacidade de gerir a própria vida, refletindo sobre seus desejos e objetivos, aprendendo a se organizar, estabelecendo metas, planejando e prosseguindo com determinação, esforço, autoconfiança e persistência nos seus projetos presentes e futuros.

Vale também citar Edgar Morin onde fala que *“Todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer a espécie humana”.*

Este desenvolvimento vivenciado e construído com os alunos, é o que possibilitará sentido na sua caminhada como estudante, na promoção de sua autonomia e no sentimento de pertença ao grupo em que esta inserido.

E para concluir, Kay Pranis, acrescenta dizendo que *“A prática dos círculos é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis e dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças.”* Esta prática alimentada pela teoria contribui para o movimento que qualifica a ideal construção do conhecimento dos estudantes.

Neste sentido, diante das referências apresentadas, é possível levar os alunos a compreensão da importância dos estudos em suas vidas, mundo do trabalho e seus impactos na sociedade, bem como das novas tendências da diversidade.

PARCERIA:

Com a realização do projeto, pretende-se, buscar parecerias com departamentos do município que contribuirão para a realização do projeto.

Entre eles destaco:

INSTITUIÇÃO	PARCERIA
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Cedência da Psicóloga M.A.
Secretaria Municipal de Administração	Cedência da servidora Municipal L. F.S.

Serviço Social da Indústria	Empréstimo do salão nobre para cerimônia de conclusão de curso.
-----------------------------	---

CRONOGRAMA

MÊS	ATIVIDADE	HORÁRIO
AGOSTO	Círculo de paz: Escola: finalidades e propósitos	Ensino Religioso
	Roda de conversa com pais (apresentação do projeto)	18:30 -19:30
	Círculo de paz: O estudante como protagonista de sua história Vídeo é só o começo – <i>vocal livre.</i> https://youtu.be/iej8E8b1eMs	História
SETEMBRO	<u>Roda de conversa</u> com L. F. S. (ex-aluna, foi moradora da periferia e está na segunda faculdade)	Ensino Religioso
	<u>Círculo de paz</u> : Trilhando o caminho da autoconfiança	Geografia
OUTUBRO	Roda de conversa com T. A. S. (Morador da periferia, venceu as drogas e concluiu Faculdade.	Ensino Religioso
	Roda de conversa com os pais (informação sobre processo de matrícula no E.M)	18:30 -19:30
NOVEMBRO	Roda de conversa com a Psicóloga M. A.	Ensino Religioso
	Apresentação das escolas de ensino médio: CIEP, Paulo Ribeiro Campos (Polivalente), São João Batista, AJ Renner, SESI, São José e Sinodal.	Ciências

	Apresentação dos programas de emprego: CIEE, SENAI, SESC, SENAC.	Educação Física
DEZEMBRO	Círculo de paz: Conclusão de curso, tema Agora é só o começo.	Ensino Religioso

AVALIAÇÃO

Acontecerá a cada encontro, juntamente com a professora de Ensino Religioso, Jéssica Pinheiro e equipe diretiva.

OBSERVAÇÃO

Devido a grande relevância do projeto, e o seu impacto positivo nas turmas dos nonos anos, a metodologia está sendo desenvolvidas com outras turmas.

4.4 RESULTADO DA PESQUISA

A pesquisa surgiu a partir da pergunta, como a metodologia restaurativa, dos círculos de construção de paz, pode contribuir com a promoção de princípios como empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, integrantes da nona competência geral da BNCC. A partir daí o pesquisador, passou a desenvolver o projeto tendo como objetivo geral, compreender as possibilidades da metodologia restaurativa dos círculos de construção de paz, para promover os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, da nona competência geral da BNCC.

Por esta razão, foi necessário traçar objetivos específicos para que o direcionamento da pesquisa fosse possível, sendo eles: **1.** Caracterizar a metodologia restaurativa dos círculos de construção de paz na escola. **2.** Analisar os princípios: empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, da nona competência geral da BNCC, percebendo sua contribuição para o desenvolvimento socioemocional do estudante. **3.** Compreender a relação dos círculos de construção de paz com os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, da competência geral número nove da BNCC. **4.** Verificar as possibilidades dos círculos de construção de paz quanto à promoção de alguns princípios da nona competência geral da BNCC.

O primeiro objetivo foi contemplado a partir da investigação da literatura

apresentada no referencial teórico. Essa busca se deu a partir de palavras chaves como: Círculos restaurativos, círculos de paz, cultura de paz, justiça restaurativa, justiça restaurativa na educação, diálogo na escola, educação para a paz, disciplinas restaurativas e práticas circulares nas escolas nas plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (**BDTD**), *Google Acadêmico*, *Portal de periódicos da Capes*. Todo esse processo, teve por objetivo, encontrar teses, dissertações e artigos científicos relacionados aos círculos de construção de paz, além das literaturas específicas.

Em relação ao segundo objetivo específico, a análise aconteceu, a partir da apresentação conceitual de cada princípio e sua relação com a educação. Também a análise, possibilitou reflexão sobre a aplicabilidade desses princípios nas ações educativas e sociais junto ao grupo de estudantes. Cada princípio destacou-se como importante nas relações interpessoais e educativas.

O terceiro objetivo foi contemplado a partir da análise dos documentos como: BNCC, DOCTM, PPP e PPJ. Em todos eles, foi possível perceber a relação entre os princípios apresentados. São documentos que trazem em sua estrutura, elementos com indicações de habilidades a serem desenvolvidas com os alunos, nas instituições de ensino. Eles contemplam os níveis de educação infantil, anos iniciais e finais do ensino fundamental.

E o quarto objetivo específico, em relação à verificação das possibilidades dos círculos de construção de paz quanto à promoção de alguns princípios da nona competência geral da BNCC, foi contemplado, quando se percebeu que os CCP, com a sua metodologia, conseguem promover os princípios com as suas práticas restaurativas, sendo elas, o respeito, igualdade, empatia e alfabetização emocional, soluções de problemas, responsabilidade, autocontrole e autoconscientização, liderança compartilhada.

A pesquisa mostrou que a presença dos princípios (1) empatia, (2) diálogo, (3) resolução de conflitos e (4) cooperação na escola é de extrema importância, pois possibilitam um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a promoção de uma convivência harmoniosa, constituindo-se como uma estratégia de aprendizado e propagação da cultura da paz entre todos os membros da comunidade escolar.

Estes princípios na compreensão do pesquisador, estão relacionados com a promoção da cultura da paz. Eles juntos, em conexão, conseguem apresentar

benefícios que incluem um ambiente seguro e acolhedor para que os alunos se sintam acolhidos, respeitados e protegidos. Isso permite que eles se concentrem em seus estudos e desenvolvam seus potenciais de forma saudável.

Como o princípio “diálogo” se destacou como o mais presente nos documentos, vale destacar Paulo Freire, o diálogo é muito mais do que apenas uma troca de palavras ou informações entre o professor e o aluno. Ele representa um processo dialógico em que ambos se envolvem em uma relação horizontal, de respeito mútuo, troca de experiências e construção conjunta de conhecimento. Esse diálogo é essencial para a educação libertadora e transformadora proposta por Freire.

No contexto da Pedagogia do Oprimido, o diálogo ocorre quando o educador e o educando se percebem como sujeitos da educação, com experiências, saberes e visões de mundo diferentes, mas igualmente importantes. O diálogo reconhece que tanto o educador quanto o educando têm conhecimentos a serem compartilhados e aprendidos.

Ao estabelecer um diálogo autêntico, o educador não se coloca em uma posição de superioridade ou detentor absoluto do conhecimento, mas como um facilitador do processo de aprendizagem. Ele respeita a experiência de vida e as vivências do educando e busca partir delas para construir o conhecimento em conjunto.

O diálogo, portanto, é um instrumento poderoso para a conscientização e a superação da opressão. Por meio dele, os educandos são incentivados a refletir criticamente sobre a realidade em que vivem, a questionar as estruturas de poder e a buscar a transformação social. O diálogo proposto por Freire é um ato político, que visa promover a emancipação dos educandos, capacitando-os a agir de forma consciente e autônoma em sua própria realidade.

Assim, o diálogo em Paulo Freire é uma ferramenta central para uma educação humanizadora, que busca valorizar a identidade e a cultura dos educandos, emponderando-os para a construção de um mundo mais justo, democrático e igualitário.

Diante disso, aprendo que a escola pode buscar novos recursos para possibilitar o seu desempenho acadêmico: Um ambiente escolar pacífico e sem violência propicia um melhor desempenho acadêmico dos alunos. Quando se sentem seguros e amparados, os estudantes têm mais facilidade para se concentrar

nas atividades escolares e obter bons resultados.

Neste caso, a resolução pacífica de conflitos ensina os alunos a lidar com os conflitos de forma construtiva, buscando a mediação, o diálogo e a compreensão mútua. Isso possibilita a promoção de habilidades de resolução de problemas e evita a escalada de situações conflituosas. A promoção da cultura da paz é uma das principais formas de prevenir o *bullying* e a violência dentro e fora da escola. Isso contribui para um clima mais amigável e respeitoso, evitando situações de agressão e hostilidade entre os estudantes.

Neste sentido, entendo que uma metodologia que promova uma construção de valores humanos, que favoreça o diálogo como instrumento de cultura da paz, possibilita a construção de uma ação integradora. Esses instrumentos contribuirão para pensá-lo sobre as ações restaurativas que precisam ser realizadas no âmbito escolar, assim como pensar projetos sobre a prática da Justiça Restaurativa na educação básica para o enfrentamento da violência escolar.

A pesquisa mostrou que os círculos propiciaram a reflexão das crianças sobre suas ações, o diálogo entre os seguimentos envolvidos como: aluno com aluno, aluno com professor, alunos com outros profissionais da educação, alunos e famílias, o fortalecimento de valores morais, o estímulo a utilização da mediação para a resolução de situações de conflitos de forma assertiva e a construção de um ambiente cooperativo que atuou na direção da prevenção de ações violentas.

Os círculos contribuem para a formação de cidadãos responsáveis, estimula o desenvolvimento de valores como respeito, empatia, tolerância e solidariedade. Essas características são fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis, capazes de conviver harmoniosamente na sociedade.

Por fim, finalizo relatando que como existe a presença dos princípios nos documentos BNCC, DOCTM, PPP, PPJ existe a possibilidade de outras escolas da rede municipal de ensino, aderirem a uma proposta que contemple a metodologia dos círculos de construção de paz, assim como a promoção da cultura da paz nas escolas. Os círculos possibilitam também o fortalecimento dos laços sociais entre os membros da comunidade escolar, criando uma rede de apoio e solidariedade. Isso promove um senso de pertencimento e uma maior cooperação entre os alunos, professores, funcionários e pais.

A escola preparará os alunos para a vida em sociedade ao promover os princípios. A escola está contribuindo para a formação de indivíduos que saberão

lidar com os desafios e conflitos da vida em sociedade, de maneira pacífica e construtiva. Essa preparação é essencial para uma convivência saudável e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, os princípios na escola não apenas impacta positivamente o ambiente escolar, mas também desempenha um papel crucial na formação dos valores e habilidades dos alunos, preparando-os para serem cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com a construção de um mundo mais pacífico e harmonioso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a pesquisa, percebeu-se que os princípios empatia, diálogo, resolução de conflitos e cooperação, constam nos documentos como a BNCC, DCTM, PPP da Escola Municipal de Ensino Fundamental Lena Rozi da Rocha Pithan e o PPJ, que serviram de análise para este estudo científico. Estes documentos analisados, contribuem para que o professor possa desenvolver projetos na escola, com ações que vem atender o aluno, possibilitando que esta escola seja uma escola acolhedora que cria um ambiente inclusivo, receptivo e afetuoso, onde todos os membros da comunidade escolar se sentem valorizados, respeitados e acolhidos. Essa abordagem vai além do aspecto puramente acadêmico e consideram as necessidades emocionais, sociais e psicológicas dos alunos, professores, funcionários e pais ou responsáveis.

Que essa mesma escola possa promover o respeito e a valorização da diversidade: A escola acolhedora valoriza a diversidade de origens, culturas, crenças, habilidades e experiências de seus membros. Todos são tratados com respeito e igualdade, promovendo um ambiente de inclusão e aceitação, que tenha uma comunicação aberta e transparente, onde exista espaço para que os alunos expressem suas opiniões e sentimentos, e os professores e funcionários estão disponíveis para ouvir e apoiar os alunos.

Com os princípios da nona competência percebeu-se também que eles possibilitam relações interpessoais positivas. Em uma escola acolhedora, as relações interpessoais são construídas com base na empatia, compreensão e cordialidade. Os alunos são incentivados a interagir de forma amigável e respeitosa. Outro fato significativo é o de que as atividades restaurativas desenvolvidas na escola tem uma grande função, que é a de priorizar a construção de relacionamentos, possibilitando uma visão integradora para que o grupo se sinta pertencente, e criem relações de confiança.

Com base no que fora apresentado, é que vejo nas práticas dos círculos de construção de paz, uma ação integradora, que dentro de uma comunidade escolar ajudará desenvolver relacionamentos que poderão dar suporte na promoção da aprendizagem dos estudantes. Todo esse processo educativo promove uma aprendizagem que continuamente busca a aquisição do conhecimento durante a vida do indivíduo, desde a intrauterina até a mais avançada idade. Esta mesma

aprendizagem relaciona-se com os desenvolvimentos: cognitivo, emocional, físico e social da criança, possibilitando transformações na compreensão de mundo, a partir de suas interações com ele.

Vamos trabalhar para termos escolas acolhedoras, pois uma escola acolhedora reconhece que cada aluno é único e que as experiências educacionais são mais significativas quando há uma conexão emocional positiva entre a instituição e seus membros. Essa abordagem contribui para o desenvolvimento integral dos alunos, sua motivação para aprender e a formação de cidadãos mais empáticos e conscientes. Além disso, uma escola acolhedora também pode impactar positivamente o desempenho acadêmico e a redução de problemas comportamentais, uma vez que os alunos se sentem mais engajados e apoiados em seu ambiente escolar. A escola acolhedora também promove um clima de confiança entre todos os membros da comunidade escolar. Os alunos sentem que podem contar com o apoio dos professores e funcionários e que podem compartilhar suas preocupações e dificuldades sem medo de represálias, trabalha a Inclusão de todos, buscando garantir que todos os alunos sejam incluídos em todas as atividades educacionais e extracurriculares, independentemente de suas habilidades, origens ou necessidades especiais.

Esta mesma escola, precisa dar incentivo ao desenvolvimento emocional e social além do desenvolvimento acadêmico, promovendo atividades que estimulam a inteligência emocional, a resolução pacífica de conflitos e o trabalho em equipe. Esta escola acolhedora, precisa também oferecer atendimento às necessidades individuais dos professores e funcionários que compõem o seu quadro funcional, para que cada integrante possa ter seu espaço de acolhimento.

Por fim, acredito que a dissertação pode possibilitar novas pesquisas na área da educação, jurídica e social, pelas abordagens que ela contribui junto às crianças e adolescentes. Por sua vez, e como consequência do estudo desenvolvido, o pesquisador tem pretensão em seguir a pesquisa no curso de doutorado, a fim de dar continuidade no trabalho científico. Frente a isso também, apresento como sugestão para que o Município de Montenegro, junto a Secretaria de Educação, a possibilidade de pensar em uma lei municipal, para que possam ser criadas escolas acolhedoras com propostas restaurativas, onde os professores possam receber capacitações dos Círculos de Construção de Paz e trabalhar de formar constante em suas instituições de ensino.

6. REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman e MULLET, Judy H. **Disciplinas Restaurativas para escolas: responsabilidades e ambientes de cuidado mútuo?** Lorraine Stutzman Amstutz e Judy H. Mullet; tradução de Tônia van Acker – São Paulo: palas Athena, p 28. 2012

ASSOCIAÇÃO DAS CRECHES BENEFICENTES DO RIO GRANDE DO SUL. (ACBERGS), **Curso de Educador Social**. 2013 Porto Alegre.

BOYES-WATSON, C.; PRANIS, K. **No coração da esperança**: guia de práticas circulares: o uso de círculos de construção da paz para desenvolver a inteligência emocional, promover a cura e construir relacionamentos saudáveis. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011. Disponível em:
https://pnamirimrestaurativa.files.wordpress.com/2014/10/guia_de_praticas_circulares.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.

BRACHER, Leoberto. **Revista paz restaurativa**: a paz que nasce de uma nova justiça: 2013-2014, um ano de implantação da Justiça Restaurativa como política de pacificação social em Caxias do Sul/ coordenação Leoberto Bracher – Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Departamento de Artes Gráficas, 2014., acesso em 19/05/2023.
https://www.tjrs.jus.br/export/processos/conciliacao/doc/A_Paz_que_Nasce_de_uma_Nova_Justica_BAIXA.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI No. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. D. O. U. de 23 de dezembro de 1996.

CHARLOT, B. Relação com o saber e com a escola entre estudantes de periferia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 97, p. 47-63, 1996.

CÍRCULOS EM MOVIMENTO. **Porto Alegre ©2021 por Círculos em Movimento. Orgulhosamente** criado com Wix.com Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – Ajuris. CNPJ 92.965.748/0001-47. *Terre des hommes Lausanne no Brasil* | CNPJ 13.920.466/0001-5: www.circulosemmovimento.org.br, acesso em 28/09/2021

REVISTA EDUCAÇÃO. RFM Editores. **10 dicas de como elaborar bons itens de múltipla escolha**. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2018/10/05/bncc-competenciasgerais/>. Acesso em: 04/10/2021

ESCOLA MAIS PAZ. **Relatório formações 2018/2019**. Justiça Restaurativa e Construção de paz nas comunidades escolares dos territórios do programa de oportunidades e direitos. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: *Curso no Collège de France (1972-1973)*. São Paulo: WMF Martins Ortes, 2015.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar projeto de pesquisa**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Documento Orientador do Currículo para o Território de Montenegro (DOCTM) - 2019**. de 01 de dezembro de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTENEGRO. **Proposta Pedagógica EMEF Lena Rozi da Rocha Pithan**. de 01 de dezembro de 2020.

NUPEMEC, Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos. **MANUAL DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**. Tribunal de Justiça do Paraná. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/documents/14797/7836487/Manual+JR+-+NUPEMEC+TJPR.pdf>. Acessado em 10/04/2023

MORIN, Edgar, 1921-**Os sete saberes necessários à educação do futuro** / Edgar Morin ; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya ; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2000.

NODDINGS, N. **The challenge to care in schools: An alternative approach to education**. New York: Teachers College Press. 2005.

PELIZZOLI, M. (Org.). **Cultura de Paz: a alteridade em jogo**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PELIZZOLI, M.; SAYÃO, S. (Org.). **Diálogo, mediação e práticas restaurativas: cultura de paz**. Recife: UFPE, 2012.

PEREZ, Tereza. **BNCC – a Base Nacional Comum Curricular na prática da gestão escolar e pedagógica** / organização Tereza Perez. — São Paulo : Editora Moderna, 2018.

PITANO, S. C.; CORRÊA, A. M. Educação e justiça restaurativa: os círculos de construção e cultura de paz em turmas de aceleração de estudos. **Revista Latinoamericana Estudios de la Paz y el Conflicto**, v. 1, n. 2, p. 39-54, 2020. Disponível em: <https://camjol.info/index.php/ReLaPaC/article/view/9831>. Acesso em: 09 out. 2020.

POR DENTRO DA BNCC **Material de referência Pedagógica**. Editora Moderna (4ª versão) 2018

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Teoria e Prática. Série da reflexão a prática. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2010

REZENDE, Guimarães Marcelo. **Educação para a paz: sentidos e dilemas** – Marcelo Rezende – Caxias do Sul, RS : Educus, 2005

ROSEMBERG, M. B. **Modelo de comunicação não violenta: técnicas para aprimorar**

relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Indisciplina e disciplina escolar**: Fundamentos para o trabalho docente. São Paulo: Cortez, 2009.

RELATÓRIO Escola+paz- **Formações em Justiça Restaurativa e Construção de Paz** pela Escola da Magistratura da Ajuris Para a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – 2018/2019.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: M. Fontes, 1961 3. Ed. São Paulo: M.Fntes, 1977

ZEHR, Howard. **Trocando as Lentes**: Um novo foco sobre o crime e a justiça. Trad. Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2014.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo : Palas Athena, 2012.